

Caroline Fernandes

**A MISSÃO CONSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA
CATARINA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS**

Florianópolis

2018



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
Curso de Graduação em Direito

Caroline Fernandes

**A MISSÃO CONSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA NA
PESPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Direito do Centro de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do Título de Bacharel em
Direito

Orientador: Prof. Dr.^a Letícia Albuquerque

Florianópolis

2018



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluna: Caroline Fernandes

RG: 53155734

CPF: 06624882964

Matrícula: 12200044

Título do TCC: A missão constitucional da Polícia Militar de Santa Catarina na perspectiva dos Direitos Humanos.

Orientadora: Leticia Albuquerque

Eu, Caroline Fernandes, acima qualificada; venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 06 de dezembro de 2018.



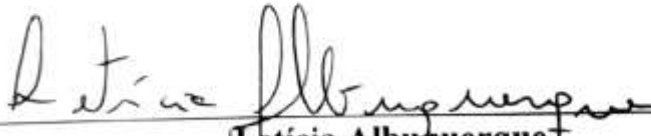
Caroline Fernandes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO


TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A missão constitucional da Polícia Militar de Santa Catarina na perspectiva dos Direitos Humanos”, elaborado pelo(a) acadêmica Caroline Fernandes, defendido em **06/12/2018** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 30 (nove), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 06 de Dezembro de 2018.



Letícia Albuquerque
Professor Orientador



Marília Nascimento de Sousa
Membro de Banca



Thaís Silveira Pertille
Membro de Banca

Este trabalho é dedicado a minha família e amigos, que ajudaram a tornar esta conquista possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. Agradeço meu pai e minha mãe pelo amor, carinho e dedicação ao longo da vida. Aos meus irmãos, pelo carinho e incentivos dedicados a mim. Ao meu esposo, pela compreensão, por me incentivar e estar ao meu lado sempre, dedicando seu amor a mim e ao nosso filho, contribuindo para a realização deste trabalho. Ao meu filho Pedro, que amo demais e é para mim uma fonte inspiradora de sonhos e alegrias, fazendo a vida ser mais bela. A todos os meus familiares, avós, tios (as), primos (as) e amigos (as) por toda preocupação, força e oração dedicadas a mim. Aos amigos da universidade, por todo o apoio e companheirismo durante os anos de estudo. A todos os professores, que contribuíram para o meu desenvolvimento nos estudos e aprendizado, e em especial minha orientadora, por toda dedicação e paciência durante todo o processo de elaboração deste trabalho. Aos membros e amigos de trabalho da Banda de Música da Polícia Militar de Santa Catarina, por contribuir na minha formação e pelo companheirismo nos momentos de ausência para realização deste curso. Por fim, agradeço também a todas as pessoas, que direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação e que também contribuíram de alguma forma para que este trabalho fosse realizado!

“Não há democracia sem direitos humanos e não há direitos humanos sem democracia”.

(PIOVESAN, 2003)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso investiga e analisa a missão constitucional da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) na perspectiva dos direitos humanos. Foi realizada uma análise na bibliografia e na legislação que envolve a temática dos direitos humanos e polícia militar. O objetivo da pesquisa foi mostrar com maior clareza a homogeneidade do trabalho desenvolvido entre a Polícia Militar de Santa Catarina e os direitos humanos. E também, expor todo o esforço desta polícia para concretizar com excelência a sua missão de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, expressa no artigo 144, parágrafo 5º da Constituição Federal de 1988. O corpo do trabalho foi dividido em três partes: a primeira tratou do conceito de direitos humanos, os direitos humanos no cenário pós-guerra, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e também os direitos humanos no Brasil, sob o viés da Constituição Federal de 1988 e as legislações pertinentes aos direitos humanos recepcionados pelo ordenamento jurídico interno; a segunda parte aborda a questão da Polícia Militar no âmbito nacional, quanto ao surgimento no Brasil e os trabalhos desenvolvidos; posteriormente retratou-se a missão constitucional da Polícia Militar de Santa Catarina, abordando a história desta em Santa Catarina e a missão de polícia ostensiva e preservação da ordem pública; por fim, na terceira parte, abordaram-se os temas de polícia militar e direitos humanos, que atuam de forma homogênea. Mostrou-se como se dá os direitos humanos no processo de formação do policial militar de Santa Catarina, de que forma são aplicados os direitos humanos nas técnicas de emprego da força na PMSC e a forma que a esta instituição atua em relação à preservação da ordem pública sob o olhar dos direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), Segurança Pública.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

CAS – Curso de Aperfeiçoamento de Sargento

CFC – Curso de Formação de Cabos

CFO – Curso de Formação de Oficiais

CFS – Curso de Formação de Sargento

CFSD – Curso de Formação de Soldados

CMDO – Comando

CPP – Código de Processo Penal

ONU – Organização das Nações Unidas

PMSC – Polícia Militar de Santa Catarina

PROA – Protetor Ambiental

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública.

TPO – Técnica de Polícia Ostensiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DIREITOS HUMANOS.....	18
1.1Direitos Humanos na perspectiva do cenário pós-guerra	18
1.2Declaração Universal dos Direitos Humanos	19
1.3 Os Direitos Humanos no Brasil	21
2. POLÍCIA MILITAR.....	25
2.1 Polícias Militar no contexto nacional	25
2.2 Polícia Militar de Santa Catarina.....	26
2.3 Missão Constitucional da Polícia Militar de Santa Catarina	29
2.3.1 Polícia Ostensiva	31
2.3.2 Preservação da Ordem Pública	32
3. APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA MISSÃO CONSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA.	35
3.1 Os Direitos Humanos no processo de formação do policial militar de Santa Catarina.....	35
3.2 Os Direitos Humanos aplicados na técnica policial militar de Santa Catarina	41
3.3 Os Direitos Humanos aplicados na preservação da ordem pública pela polícia militar de Santa Catarina.....	47
4. CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS	56
ANEXOS	61

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca mostrar um pouco mais do serviço policial realizado no Estado de Santa Catarina, expondo elementos de ações de polícia ostensiva e preservação da ordem pública para o cumprimento da missão constitucional da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) em consonância com todos os direitos relacionados aos direitos humanos. Haja vista, que a principal motivação para a elaboração deste estudo é que sou militar da Polícia Militar de Santa Catarina e trabalho há quase dez anos na Banda de Música da PMSC, presenciando e participando praticamente em todos os trabalhos exercidos pela banda. Neste caso, também desenvolvendo o conhecimento de forma empírica.

O objetivo geral deste estudo é mostrar que há uma homogeneidade entre o trabalho da Polícia Militar em Santa Catarina e os direitos humanos. E que todos os esforços dessa polícia, para o exercício de sua missão no âmbito da Constituição Federal de 1988, estão de acordo com as proposições estabelecidas pelos direitos humanos internacionais, e também pelos direitos humanos recepcionados internamente pelo país.

Tendo como referência o objetivo geral, é importante destacar alguns dos objetivos específicos desenvolvidos no trabalho: pode-se destacar o primeiro como a apresentação de conceitos referentes aos direitos humanos e à Polícia Militar e as legislações que os respaldam, para se obter maior clareza na ampliação do conhecimento referentes aos dois institutos apreciados neste trabalho. O segundo, realizar análises em relação aos aspectos gerais dos direitos humanos, mostrando a relação que estes direitos têm com a atividade exercida pela Polícia Militar de Santa Catarina, com o intuito de prestar um serviço de total qualidade para a sociedade catarinense. O terceiro, trazer à tona a formação do policial militar em Santa Catarina pautada na legislação de direitos humanos, no qual o profissional da segurança pública deve exercer suas ações. E o quarto objetivo específico é mostrar as ações de polícia ostensiva e preservação da ordem pública realizada pela Polícia Militar de Santa Catarina, na sua forma prática, através de programas institucionais onde há aproximação entre a polícia e a comunidade.

Tendo em vista todos os abusos e atrocidades cometidos em nome do poder exercido pelo Estado e também pelas pessoas, isso ocorrido durante toda a história da humanidade e mais recentemente durante a Segunda Guerra Mundial, o presente trabalho tem a intenção de desmistificar o trabalho exercido pelos militares estaduais de Santa Catarina, mostrando que as atividades executadas, pelos militares do referido Estado, são forjadas na doutrina dos

direitos humanos e que todas as suas ações tem apenas o objetivo de garantir aos cidadãos os direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, e que em qualquer ação fora deste contexto o policial pode estar agindo de forma arbitrária, o que não condiz com o trabalho que foi conferido pela constituição para exercer.

O presente estudo parte da hipótese de que a atuação da Polícia Militar de Santa Catarina precisa ser indiscutivelmente coerente com os direitos humanos, caso ocorra o contrário está fora da missão constitucional da instituição, expressa no artigo 144 da Constituição federal de 1988.

Neste aspecto, por meio de análises bibliográficas serão expostas três divisões do presente trabalho, com o objetivo de apresentar possibilidades para responder aos problemas que foram suscitados. À primeira, serão realizadas análises referentes aos direitos humanos, no que se refere aos conceitos, contextualização histórica e legislação no âmbito interno e internacional. A segunda se refere à instituição Polícia Militar, onde será analisado brevemente o funcionamento da Polícia Militar em todo território brasileiro, na perspectiva da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, será feita uma análise da mesma polícia no Estado de Santa Catarina, observando sua missão no contexto estadual. E à terceira será realizada uma pesquisa de análise, buscando trazer à tona a associação entre a Polícia Militar de Santa Catarina e os direitos humanos.

Este estudo se justifica pelo fato de que é necessária uma maior ampliação nos estudos científicos que abordam os temas entre polícia militar e direitos humanos, obtendo maior clareza na missão de que a Polícia Militar deve ser exímia na promoção dos direitos humanos. Haja vista, que muitas pessoas, por não conhecerem realmente o trabalho e a missão da Polícia Militar, fazem com que esta instituição se torne por vezes criticada e incompreendida pela sociedade, e esta incompreensão pode ocorrer inclusive pelo próprio policial militar, que pela falta de conhecimento ou má formação, comete erros durante a execução do seu trabalho. E o policial deve ter ciência de que os erros cometidos durante seu serviço vão de encontro à missão que lhe é concedida pela Constituição Federal de 1988, causando um grande prejuízo à democracia.

Dessa forma, este trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro capítulo refere-se aos aspectos gerais dos direitos humanos; traz conceitos, levantamento histórico, direitos humanos no cenário pós-guerra, onde surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e por fim os direitos humanos no Brasil. O segundo capítulo faz menção à instituição Polícia Militar, na figura nacional e no Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar de Santa Catarina. E o terceiro e último capítulo mostra como serão aplicados os direitos humanos na

missão constitucional da Polícia Militar de Santa Catarina, mostrando o processo de formação dos policiais e as técnicas de polícia ostensiva e preservação da ordem pública.

1. DIREITOS HUMANOS

Em relação ao conceito de Direitos Humanos, são muitas as definições encontradas na literatura, onde se associa os direitos humanos aos direitos fundamentais, direitos da pessoa, isso tem ocorrido devido à tamanha importância dos referidos direitos para a pessoa individual, para a sociedade e para a manutenção da humanidade.

Conforme Moraes (2013), os direitos humanos se constituem em um conjunto de direitos e garantias que tem como objetivo consagrar o respeito à dignidade humana, o pleno desenvolvimento da personalidade humana, garantir a limitação de poder e que é necessário se fazer presente absolutamente em todas as constituições.

Rabenhout (2016, p. 16) afirma que:

O que se convencionou chamar “direitos humanos” são exatamente os direitos correspondentes à dignidade dos seres humanos. São direitos que possuímos não porque o Estado assim decidiu, através de suas leis, ou porque nós mesmos assim o fizemos, por intermédio dos nossos acordos. Direitos humanos, por mais pleonástico que isso possa parecer, são direitos que possuímos pelo simples fato de que somos humanos.

Dessa forma, os direitos humanos são os valores onde é permitido que a pessoa seja capaz de afirmar sua condição humana e poder participar plenamente da vida. Logo, esses direitos fazem com que os indivíduos possam vivenciar plenamente em sua condição biológica, psicológica, econômica, social cultural e política. Os direitos humanos visam proteger a todas as pessoas daquilo que de alguma maneira possa a vir negar sua condição humana, dando ao sujeito proteção contra todos os tipos de violências, e essa proteção se prolonga no tempo, sendo imprescritível (PEQUENO, 2016).

Pequeno afirma que a fundamentação dos direitos humanos está baseada na ideia de dignidade, e tal fundamento “é a qualidade que define a essência da pessoa humana, ou ainda é o valor que confere humanidade ao sujeito.” (PEQUENO, 2016, p.27).

Por fim, os direitos humanos são os direitos que o ser humano necessita para viver e para a humanidade subsistir.

1.1 Direitos Humanos na perspectiva do cenário pós-guerra

Antes de mencionar qualquer informação a respeito do trabalho policial e mesmo da Constituição Federal, é importante conhecer a respeito dos Direitos Humanos, o qual serve como propulsão para a gênese da atual Constituição brasileira e como consequência desta à missão policial.

Os Direitos Humanos durante todo o processo histórico foi sendo construído através de muitas lutas, suor, sangue, guerras, conquistando assim, ao passar de todos os anos, séculos e milênios, uma maior abrangência no que diz respeito a seu princípio da universalidade, atingindo a todas as pessoas. E foi no cenário pós-guerra, pela necessidade de frear os abusos cometidos pelo Estado e pelo homem, que em 1948 a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. E posteriormente, esses fatos serviram de inspiração para a criação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

1.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos

Pode-se dizer que a verdadeira consolidação dos Direitos Humanos em nível internacional surgiu após a Segunda grande Guerra Mundial, diante de todas as atrocidades, abusos e violências cometidas na era nazista de Hitler. É bem possível que se, na referida época, já houvesse um sistema de proteção internacional, preservando as pessoas com direitos humanitários, talvez não tivesse ocorrido tantas mortes provocadas pela guerra. A era Hitler foi responsável por violar direitos, destruir e reduzir a vida humana, tornando-a como descartável, acarretando no extermínio de onze milhões de pessoas mortas (PIOVESAN, 2011).

Por isso, no cenário pós-guerra, observando o nível de crueldade que o ser humano pode alcançar submetendo outras pessoas ao total desprezo, crueldade, tortura, chegando ao ponto de que a vida humana havia se tornado como algo supérfluo, houve a necessidade da reconstrução dos direitos humanos. Este foi então o marco para iniciar uma nova era em busca da paz mundial, onde as pessoas possam realmente ter acesso ao direito à dignidade como seres humanos.

Assim sendo, as violações dos direitos humanos foram elevadas ao patamar internacional, pois tais violações não são somente problemas de relevância interna do país, mas também internacional, inclusive fazendo com que a doutrina da soberania ilimitada dos Estados fosse altamente criticada, onde muitos doutrinadores concluíram que “a soberania estatal não é um princípio absoluto, mas deve estar sujeita a certas limitações em prol dos direitos humanos”. (PIOVESAN, 2011, p.177).

Portanto, em 10 de dezembro de 1948, com aprovação de quarenta e oito Estados e oito abstenções, aprovou-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos. E, em razão desta declaração, foram retomados os ideais da Revolução Francesa, reconhecendo em âmbito

universal, os valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade entre os homens (COMPARATO, 2010).

A Declaração universal tem entre suas características sua amplitude, contemplando um conjunto de direitos e faculdades, que o ser humano necessita para desenvolver a sua personalidade física, moral e intelectual. Outra de suas importantes características é a universalidade de todos seus direitos, aplicável a todas as pessoas, de todos os países, raças, religião, sexo, nacionalidade, idioma e seja qual for o regime político do território no qual recai, concretizando uma ruptura com o legado nazista, que atrelava a titularidade dos direitos a apenas uma raça (a raça pura ariana)¹ (PIOVESAN, 2011).

A respeito da universalidade dos direitos humanos, mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos contemplando direitos inerentes a todas as pessoas, deve-se ter a clareza que esta declaração é uma recomendação feita pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através de seus membros, a todas as nações, e que não tem força vinculante. Contudo, a vigência dos direitos humanos atualmente é reconhecida em todas as partes, independente de sua declaração em constituições, leis ou tratados internacionais (COMPARATO, 2010).

A Declaração Universal de 1948 tem como objetivo conceber uma ordem pública mundial pautada na dignidade humana, cujo único requisito para ser titular dos direitos humanos é a condição de ser pessoa humana. Posteriormente, o princípio da dignidade da pessoa humana passou a ser incorporada por todos os tratados e declarações de direitos humanos, que passaram a integrar o chamado Direito Internacional de Direitos Humanos (PIOVESAN, 2011).

Além da Declaração de 1948 trazer à tona, e implementar de forma concreta importantes direitos fundamentais inerentes a todas as pessoas, outro fato importante expresso na referida declaração é a afirmação de que a democracia é o único regime político compatível com o pleno respeito aos direitos humanos (ONU, 2005). Ou seja, o regime democrático é a única maneira de organização do Estado no qual os direitos humanos são contemplados verdadeiramente em sua plenitude.

Em relação à estabilidade dos direitos humanos em nível internacional, é importante entender que além de serem publicados e aprovados, precisam ser efetivados de forma concreta na vida das pessoas. O Sistema Internacional de Direitos Humanos, com o objetivo de proteger os direitos humanos, limitar ainda mais o poder arbitrário do Estado, fazendo com que estes prestem contas de suas atividades a seus cidadãos e à comunidade internacional,

¹ Parênteses utilizado pela autora.

implantou mecanismos para a referida concretização. Uma dessas ações para colocar em prática os direitos humanos é a realização de um conjunto de instrumentos jurídicos internacionais, que torna os direitos da Declaração Universal como obrigações jurídicas internacionais, onde os governos ratificam os tratados internacionais e concordam em executar um processo de revisão de sua legislação e de sua prática em relação aos direitos humanos (NDYAYE, sem ano).

Neste contexto, a mais importante conquista, referente aos direitos humanos fundamentais em nível de direito internacional, foi ratificada pelo Brasil na mesma data da sua adoção e publicação em 10 de dezembro de 1948, e que posteriormente serviu de base para construção da atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (SARLET, 2011).

1.3 Os Direitos Humanos no Brasil

Os direitos humanos no Brasil são aplicados de forma concreta através da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de tratados internacionais nos quais o Brasil integra e faz com que seja recepcionado pelo ordenamento jurídico interno. Diante disso, é notório que os direitos humanos, conquistados ao longo dos acontecimentos históricos e que todos do povo são portadores, serviu de base para concepção da constituição brasileira atual.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 1º afirma que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1988). isto é, o ordenamento jurídico brasileiro reúne elementos dos princípios do Estado Democrático e do Estado de Direito. No Estado Democrático, o Estado é construído sobre três pontos fundamentais: a supremacia da vontade popular, a preservação da liberdade e a igualdade de direitos; e, no Estado de Direito, o Estado é vinculado a uma percepção de hierarquia das regras jurídicas, com o objetivo de enquadrar e limitar o poder do Estado pelo Direito. Desta maneira, o Estado Democrático de Direito centra-se em duas ideias básicas: o Estado limitado pelo direito e o poder estatal legitimado pelo povo (JESUS, 2011).

Ainda no artigo 1º, a Constituição Federal de 1988, além da afirmativa de se definir como um Estado Democrático de Direito, traz também os fundamentos da República: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e livre iniciativa e o pluralismo político. Neste trabalho, será dado maior destaque para os fundamentos da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

O princípio fundamental da cidadania expresso no Artigo 1º, inciso II da Constituição Federal de 1988, assim como os outros principais direitos positivados nesta constituição, tem seu conceito atual forjado nas lutas históricas do passado, chegando à conquista de hoje em que as pessoas podem usufruir deste direito fundamental.

A cidadania representa a expressão mais autêntica e avançada do poder de regionalização, pressão e participação, em toda a história política universal. (JESUS, 2004)

Guerra (2012, p. 46) afirma que “a cidadania é um fator indispensável para a promoção da inclusão social e para combater a desigualdade tão característica em países da América Latina”. À vista disso, é que a constituição eleva a cidadania como um princípio fundamental, dando a real importância para que as pessoas em sua participação efetiva como membros do estado tenham por base o respeito em relação às diferenças e à superação das desigualdades sociais, tendo como beneficiário deste princípio o bem comum.

Conforme Jesus *apud* Miranda (2004, p. 134), a cidadania é:

(...) a primeira forma de defesa e proteção dos direitos humanos, consistindo no seu conhecimento, pois só quem tem consciência dos mesmos, tem consciência das vantagens e dos bens que pode usufruir com o seu exercício ou com a sua efetivação, assim com das vantagens e dos prejuízos que sofre por não os poder exercer ou efetivar ou por ele serem violados.

Pequeno (2016 b, p. 44) coloca que o ser cidadão é o ato de possuir vários direitos, como: “à liberdade de expressão, à saúde, à educação, ao trabalho, à locomoção, à alimentação, à habitação, à justiça, à paz, a um meio-ambiente saudável, à felicidade, dentre outros.” Mas, cidadania, segundo o mesmo autor, “é a condição social que confere a uma pessoa o usufruto de direitos que lhe permitem participar da vida política e social da comunidade no interior da qual está inserida”. Então, ser um cidadão, é ter o respeito e também participar das decisões coletivas com o objetivo de melhorar sua vida e a da sua comunidade.

Outro princípio fundamental presente no artigo 1º, inciso III da atual Constituição é o da dignidade da pessoa humana. Este princípio é o princípio máximo do estado democrático de direito, no qual concebe a todo ser humano um valor moral e espiritual. Ingo Wolfgang Sarlet conceitua a dignidade da pessoa humana como

(...) a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos direitos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida (SARLET, 2012, p.73).

Pequeno (2016, p.27) conceitua o princípio da dignidade da pessoa humana, afirmando que

A dignidade é um valor incondicional (ela deve existir independentemente de qualquer coisa), incomensurável (não se pode medir ou avaliar sua extensão), insubstituível (nada pode ocupar seu lugar de importância na nossa vida), e não admite equivalente (ela está acima de qualquer outro princípio ou ideia). Trata-se de algo que possui uma dimensão qualitativa, jamais quantitativa. A dignidade possui um valor intrínseco, por isso uma pessoa não pode ter mais dignidade do que outra.

Martins (2003, p.115) ao mencionar a dignidade, diz que esta:

(...) deve acompanhar o homem desde o seu nascimento até sua morte, posto que ela é da própria essência da pessoa humana. Assim, parece-nos que a dignidade é um valor imanente à própria condição humana, que identifica o homem como ser único e especial, e que, portanto, permite-lhe exigir ser respeitado como alguém que tem sentido em si mesmo.

Sendo assim, o princípio da dignidade da pessoa humana é um dos grandes pilares que fundamenta o estado brasileiro, deixando claro que a presença dos direitos humanos é imprescindível na Constituição Federal e não somente isso, é esse direito que norteia todo o ordenamento jurídico interno, constituindo valores, para que possa servir como critério interpretativo de todas as normas do ordenamento jurídico brasileiro. A dignidade da pessoa humana é um direito que abrange a todas as pessoas sem nenhuma distinção, tendo o estado e todas as pessoas que compõem a sociedade o dever de propagar e respeitar tais direitos. Assim, impedindo que as pessoas sejam alvos de quaisquer situações desumanas ou degradantes. Desse modo, propondo a todos direitos e garantias com o objetivo de colocar em prática ou até mesmo dar uma maior segurança jurídica para obtenção de acesso às condições mínimas de dignidade da pessoa humana.

Em contrapartida, a pessoa humana também recebe o chamado de ser responsável não somente pela sua própria direção, mas também das demais pessoas humanas que estão em seu convívio social, obtendo assim não somente benefícios de direitos, mas também deveres para com a sua comunidade. Portanto, a dignidade da pessoa humana, por mais individual que seja, tem suas consequências refletidas na comunidade.

No sistema democrático, vivenciado no Brasil, todo poder emana do povo. O povo escolhe seus representantes através do voto direto, e por consequência, os eleitos decidem o destino da nação. O poder delegado do povo para seus representantes não é absoluto, há limitações. Uma das limitações existentes na Constituição Federal de 1988 são os direitos e garantias individuais e coletivas do cidadão relativamente aos demais cidadãos e ao próprio Estado, abordados no artigo 5º da referida Constituição (SARLET, 2011). Nesse aspecto, os direitos e garantias existentes na atual Constituição tem o objetivo de limitar o poder estatal e

dos cidadãos, para não ocorrer abusos e atrocidades referentes aos direitos humanos no ordenamento jurídico interno e subsidiar uma segurança para que as pessoas possam vivenciar os princípios fundamentais descritos no título I da constituição.

Então, considerando a necessidade de efetividade e a importância dos direitos supremos referentes aos direitos humanos o Estado deve criar mecanismos para que seja inserido de forma prática concretamente na vida das pessoas e na sociedade, e também para que a constituição não represente apenas uma carta cheia de boas intenções, sem nenhuma garantia de sua efetividade. É importante que esses direitos não sejam apenas promessas futuras para sua real aquisição, pois podem nunca ocorrer, causando grandes problemas para não somente a atual geração de pessoas, mas também as futuras. (JESUS, 2011)

2. POLÍCIA MILITAR

2.1 Polícias Militar no contexto nacional

A polícia, de modo genérico, a princípio é uma corporação de pessoas que fazem patrulhamento nos espaços públicos, onde são identificados pelo uso do uniforme, “munida de um amplo mandato para controlar o crime, manter a ordem e exercer algumas funções negociáveis de serviço social.” (REINER, 2004, P.19) Também, há os policiais que executam seu trabalho sem a utilização do uniforme, ocupando-se de investigações e o processamento de delitos criminais, além de dar cumprimento em trabalhos administrativos de gerência e pessoal (REINER, 2004).

De acordo com Lazzarini (1987, p.20) o conceito de Polícia pode ser definido como

O conjunto de instituições, fundadas pelo Estado, para que, segundo as prescrições legais e regulamentares estabelecidas, exerçam vigilância para que se mantenham a ordem pública, a moralidade, a saúde pública e se assegure o bem-estar coletivo, garantindo-se a propriedade e outros direitos individuais.

A gênese da polícia no Brasil ocorreu com a vinda da família Real para o país, houve, o que é considerada por muitos, a primeira instituição policial brasileira, sendo, em 10 de maio de 1808, criada a Intendência Geral da Polícia e da Corte, no Rio de Janeiro. Na época a polícia ainda não expunha as características da polícia moderna, apenas faziam a função equivalente as de prefeito, somando-se as do secretário de segurança (HIPÓLITO e TASCA, 2012).

A partir disso, durante o processo histórico as denominações para as polícias foram sofrendo alterações e suas funções foram cada vez mais recebendo uma especificidade. Porém, foi em 1920 que a nomenclatura de Polícia Militar recebe seu nome que mantém até os dias de hoje (HIPÓLITO e TASCA, 2012).

A função da polícia atualmente é muito ampla, é uma união de tarefas que envolvem controle do crime, serviço social, preservação da ordem pública, repressão política, cumprimento de ordens judiciais, entre outros inúmeros afazeres, ou seja, como enfatizou Reiner *apud* Bittner, (2004, p.26) “rotineiramente a polícia é chamada para desempenhar uma confusa miscelânea de tarefas, desde controlar o trânsito até controlar o terrorismo”. Nesse sentido, a polícia executa muitas vezes tarefas que surgem de forma emergencial, normalmente procedente de conflitos sociais e que impossibilita o agente público de prever o que lhe espera em nível de ocorrência.

No entanto, na atual Constituição Brasileira, no artigo 42, tem-se referido às polícias militares dos estados como instituições baseadas na hierarquia e disciplina. Conforme o Estatuto dos Policiais Militares de Santa Catarina, o conceito de hierarquia e disciplina são, respectivamente:

A hierarquia policial-militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações; e dentro de um mesmo posto ou graduação; se faz pela antiguidade. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade. Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo (SANTA CATARINA, 1983b, Artigo 14, parágrafos 1º e 2º).

Ainda referente ao artigo 42 da Constituição Brasileira vigente, onde diz que “os membros das Polícias Militares”, “são militares dos Estados”, ou seja, é por força deste artigo constitucional que os policiais dos Estados são definidos como militares, aplicando-se então a estes o que a lei específica lhe couber, conforme o § 1º do mesmo artigo (BRASIL, 1988).

Jesus *apud* Bova (2011, p.95) conceitua polícia como

(...)uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para a salvaguarda e preservação da ordem pública, em suas várias manifestações, desde a segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições constitucionais.

Ainda na mesma perspectiva Moraes *apud* Guido Zanobini (2014, p.834) conceitua polícia como

(...) a atividade da administração pública dirigida a concretizar, na esfera administrativa, independente da sanção penal, as limitações que são impostas pela lei à liberdade dos particulares ao interesse da conservação da ordem, da segurança geral, da paz social e de qualquer outro bem tutelado pelos dispositivos penais.

As polícias atualmente recebem a classificação de polícia administrativa e polícia judiciária (Moraes, 2014).

2.2 Polícia Militar de Santa Catarina

A Polícia Militar de Santa Catarina foi criada por Feliciano Nunes Pires, então Presidente da Província de Santa Catarina, através da lei provincial Nº12, de 05 de Maio de 1835. Foi denominada na época de *Força Policial*, sua área de atuação ficava restrita à vila de Nossa Senhora do Desterro e distritos vizinhos, nesta época a nova força contava com um

efetivo equivalente a cinquenta e dois homens (Bastos Júnior, 2006). Durante o passar dos anos, a nomenclatura para a polícia sofreu algumas mudanças,

A Força Policial recebeu a denominação de Companhia de Polícia, em 1854; voltou a ser Força Policial, em 1857; tornou-se Corpo de Polícia, em 1887; Corpo de Segurança, em 1894; Regimento de Segurança, em 1912; Força Pública, 1917; novamente Força Policial, em 1936; finalmente, em 1947, recebeu sua atual denominação, Polícia Militar (BASTOS JÚNIOR, 2006, p.17).

A Constituição do Estado de Santa Catarina também faz menção a Polícia Militar do seu estado, determinando algumas das competências no caput do artigo 107 a Constituição de Santa Catarina diz que

À Polícia Militar, órgão permanente, força auxiliar, reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, subordinada ao Governador do Estado, cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em Lei:

- I - exercer a polícia ostensiva relacionada com:
 - a) a preservação da ordem e da segurança pública;
 - b) o radiopatrulhamento terrestre, aéreo, lacustre e fluvial;
 - c) o patrulhamento rodoviário;
 - d) a guarda e a fiscalização das florestas e dos mananciais;
 - e) a guarda e a fiscalização do trânsito urbano;
 - f) a polícia judiciária militar, nos termos de lei federal;
 - g) a proteção do meio ambiente; e
 - h) a garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicas, especialmente da área fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural;
- II - cooperar com órgãos de defesa civil; e
- III - atuar preventivamente como força de dissuasão e repressivamente como de restauração da ordem pública.”

A Lei de nº 6.217 de 1983 (SANTA CATARINA, 1983), que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar de Santa Catarina traz em seu artigo 2º a competência desta Polícia, onde diz:

Art. 2º Compete à Polícia Militar:

- I – executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;
- II – atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;
- III – atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;
- IV – atender à convocação do Governo Federal; em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Grande Comando da Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de Polícia Militar e como participante da defesa territorial;
- V – realizar o serviço de extinção de incêndio, simultaneamente com o de proteção e salvamento de vidas e materiais;
- VI – efetuar o serviço de busca e salvamento, prestando socorros em casos de afogamento, inundação, desabamento, acidentes em geral e em caso de catástrofes ou de calamidades públicas;
- VII – atender, mediante solicitação ou requisição de ordem judiciária, o fornecimento de força policial-militar;

- VIII – executar missões de honra, guarda e assistência policial-militar;
- IX – prestar serviço de guarda nas sedes dos Poderes Estaduais e da Secretaria de Segurança e Informações;
- X – manter a segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado;
- XI – executar as atividades do Gabinete Militar do Governador do Estado, do Vice-Governador e da Secretaria de Segurança e Informações;
- XII – desenvolver outras atividades de natureza policial-militar.

A Polícia Militar de Santa Catarina foi criada para proteger o cidadão catarinense, proteger a vida das pessoas, proteger o patrimônio público e privado, proteger as garantias e direitos individuais, promover e difundir os direitos humanos (SANTA CATARINA, 2015).

Neste sentido, o Plano Estratégico da PMSC (SANTA CATARINA, 2015, p. 9-11) elenca alguns objetivos que procura ser reconhecida pela sociedade como uma instituição:

- Legítima – A legitimidade se traduz na percepção geral de que possuímos capacidade operacional, estamos focados na proteção da comunidade e não fazemos concessões quanto às questões de legalidade, ética e proteção aos direitos humanos. Assim, a Polícia Militar deve buscar a legitimidade de seus atos fazendo valer os direitos individuais e coletivos da população, combatendo as ilegalidades e arbitrariedades dentro de seu quadro de profissionais em todos os níveis e demonstrando, efetivamente, que é parceira da comunidade.
- Efetiva – A efetividade na Polícia Militar assume um compromisso com a satisfação das pessoas. A avaliação da qualidade da atividade policial atenderá aos requisitos estabelecidos pelos critérios de avaliação de serviço. Isso impõe a definição de indicadores de desempenho que permitem aferir se o trabalho diuturno dos policiais militares está atingindo os parâmetros de qualidade desejados e apresentando os resultados que dele se espera.
- Com serviço de excelência – A Polícia Militar buscará parcerias nas comunidades, respeitando-lhes as peculiaridades, crenças e valores, para identificar, priorizar e agir criativamente sobre os problemas locais, envolvendo todos os atores sociais nesta construção. É preciso, portanto, qualificar os mais diversos serviços prestados ao cidadão, adequando-os a realidade de cada comunidade e às suas verdadeiras necessidades.
- Confiável nas crises – Em situações de crise e eventos que ameacem a normalidade das comunidades de forma extraordinárias (desastres, ambientais, graves perturbações da ordem, dentro outros) a atuação da Polícia Militar deve ser ágil e efetiva, no sentido de proteger as pessoas e

preservar a ordem pública. Para isso, a Polícia Militar deve estar preparada para agir, também, em ambientes cujas estruturas de serviço público e privado estejam colapsadas ou na sua iminência.

- Promotora dos direitos humanos – A atuação da Polícia Militar, em todos os níveis, será desenvolvida objetivando respeitar, garantir e promover os direitos à vida, à liberdade, à integridade física, à igualdade, à propriedade e à dignidade de todas as pessoas, sem distinção de qualquer natureza.

Diante disso, alinhado aos objetivos suscitados pela Polícia Militar de Santa Catarina necessitará de eixos estruturantes para colocar em prática o trabalho operacional, onde a PMSC se baseará na: *ostensividade* que é fundamental para a redução do medo do crime aumentando a percepção de segurança das pessoas; *proximidade* com a comunidade, através da descentralização de seus recursos, atuando em conformidade com as reais necessidades locais; *proatividade* do policial militar, onde este tomará a iniciativa, para prevenir os conflitos pela via da mediação, ou até mesmo reagir e reprimir a violência ou desordem, ou promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, sem precisar esperar uma ordem de superior para realizar um bom feito para a comunidade; *ações sobre as causas*, onde o policial através do seu relacionamento com a sociedade, consegue identificar os problemas repetitivos de segurança, analisando causas, desenvolvendo respostas direcionadas a resolução do problema; *pronta resposta* quando ocorre a quebra da ordem pública, e o policial deve responder ao incidente de crime e violência com agilidade energia e efetividade, a fim de restabelecer a ordem e a tranquilidade, voltando ao estado de normalidade; *parcerias* com a comunidades, autoridades cívicas e outras instituições públicas e privadas, para fazer se cumprir a Constituição Federal onde relata que a segurança pública é dever do Estado, entretanto, direito e responsabilidade de todos (SANTA CATARINA, 2015).

2.3 Missão Constitucional da Polícia Militar de Santa Catarina

Embora haja outras atribuições inerentes à polícia militar em legislações específicas e na legislação peculiar, a missão dos órgãos de segurança pública está expressa no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, onde diz no caput deste artigo “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988).

Ainda na Constituição de 1988, no artigo 144, § 5º está expressa especificamente a missão exercida pela polícia militar, onde diz que “às polícias militares cabem à polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (BRASIL, 1988).

Como foi mencionado, além da Constituição outras leis e decretos também contribuem para a solidificação da missão desempenhada pela PMSC, como é o caso do Decreto-Lei 667 de 1969 (BRASIL, 1969). Este Decreto-Lei contribuiu para a reorganização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos estados, dos territórios e do Distrito Federal e foi regulamentado através do Decreto nº 88.777 de 1983 (BRASIL, 1983). O Decreto de Lei nº 667/69 define a competência da Polícia Militar da seguinte forma:

Art. 3º - Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:

a) executar com exclusividade, ressalvas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;

c) atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;

d) atender à convocação, inclusive mobilização, do Governo Federal em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da Defesa Interna e da Defesa Territorial;

e) além dos casos previstos na letra anterior, a Polícia Militar poderá ser convocada, em seu conjunto, a fim de assegurar à Corporação o nível necessário de adestramento e disciplina ou ainda para garantir o cumprimento das disposições deste Decreto-lei, na forma que dispuser o regulamento específico.

§ 1º - A convocação, de conformidade com a letra *e* deste artigo, será efetuada sem prejuízo da competência normal da Polícia Militar de manutenção da ordem pública e de apoio às autoridades federais nas missões de Defesa Interna, na forma que dispuser regulamento específico.

§ 2º - No caso de convocação de acordo com o disposto na letra *e* deste artigo, a Polícia Militar ficará sob a supervisão direta do Estado-Maior do Exército, por intermédio da Inspetoria-Geral das Polícias Militares, e seu Comandante será nomeado pelo Governo Federal.

§ 3º - Durante a convocação a que se refere a letra *e* deste artigo, que não poderá exceder o prazo máximo de 1 (um) ano, a remuneração dos integrantes da Polícia Militar e as despesas com a sua administração continuarão a cargo do respectivo Estado-Membro (BRASIL, 1969).

Então, é importante conhecer e aprofundar nos conceitos de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública, para poder ampliar a discursão em relação à missão constitucional da polícia militar de Santa Catarina.

2.3.1 Polícia Ostensiva

A Polícia Militar de Santa Catarina traz a definição de polícia ostensiva no Manual de Técnicas Polícias (ROSA, A. J. P.; GOMES JÚNIOR, C. A. A.; NICHNIG, C. R.; SILVA, J. C., 2014, p.7) onde diz que polícia ostensiva é uma

(...) denominação brasileira que evoluiu da expressão policiamento ostensivo, ganhando dignidade constitucional com a Constituição de 1988, cuja destinação legal é a Preservação da Ordem Pública. Estabelece a exclusividade constitucional e a expansão da competência dos policiais militares além do *policiamento ostensivo*. O constituinte de 1988 abandonou a expressão policiamento ostensivo e preferiu a de polícia ostensiva, alargando o conceito, pois, é evidente que a polícia ostensiva exerce o Poder de Polícia como instituição, atuando nas quatro fases do Poder de Polícia: Ordem de Polícia, Consentimento de Polícia, Fiscalização de Polícia e Sanção de Polícia.

Sendo assim, o poder de polícia ostensiva encontra seu respaldado no parágrafo 5º, do artigo 144 da Constituição Federal de 1988, dando as Polícias Militares a referida competência. No Parecer 25 do Gilmar Ferreira Mendes, em 2001, há a explicação referente ao conceito de polícia ostensiva, afirmando ser uma expressão nova:

A polícia ostensiva, afirmei, é uma expressão nova, não só do texto constitucional como da nomenclatura da especialidade. Foi adotada por dois motivos: o primeiro, já aludido, de estabelecer a exclusividade constitucional e, segundo, para marcar a expansão da competência policial dos policiais militares, além do “*policiamento*” ostensivo. Para bem entender esse segundo aspecto, é mister ter presente que o policiamento é apenas uma fase da atividade de polícia. A atuação do Estado, no exercício de seu poder de polícia, se desenvolve em quatro fases: a ordem de polícia, o consentimento de polícia, a fiscalização de polícia e a sanção de polícia (Advocacia Geral da União, 2001).

A atuação do Estado através do poder de polícia ostensiva se desenvolve em quatro fases mencionadas pelo então advogado geral da União à ordem de polícia, o consentimento de polícia, a fiscalização de polícia e a sanção de polícia (ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, 2001).

- A ordem de polícia se contém num preceito, que, necessariamente, nasce da lei, pois se trata de uma reserva legal (art. 5º, II), e pode ser enriquecido discricionariamente, consoante as circunstâncias, pela Administração.
- O consentimento de polícia, quando couber, será a anuência, vinculada ou discricionária, do Estado com a atividade submetida ao preceito vedativo relativo, sempre que satisfeitos os condicionamentos exigidos.
- A fiscalização de polícia é uma forma ordinária e inafastável de atuação administrativa, através da qual se verifica o cumprimento da ordem de polícia ou a regularidade da atividade já consentida por uma licença ou uma autorização. A

fiscalização pode ser ex officio ou provocada. No caso específico da atuação da polícia de preservação da ordem pública, é que toma o nome de policiamento.

- A sanção de polícia é a atuação administrativa auto-executória que se destina à repressão da infração. No caso da infração à ordem pública, a atividade administrativa, auto-executória, no exercício do poder de polícia, se esgota no constrangimento pessoal, direto e imediato, na justa medida para restabelecê-la.²

Atrelado a este contexto, o poder de polícia dado a Administração Pública, como um todo, é mencionado no Código Tributário Nacional de 1966 onde estabelece:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder. (BRASIL, 1966)

2.3.2 Preservação da Ordem Pública

Para Vieira (2016) a preservação abrange tanto a prevenção, quanto a restauração da ordem pública, ou seja, na preservação da ordem pública a polícia militar exerce a função de polícia preventiva e também de polícia judiciária, fazendo a repressão imediata após ocorrer à quebra da ordem, dessa forma, restabelecendo-a, trazendo de volta ao estado de tranquilidade. Moraes (2014) diz que a polícia administrativa é também chamada de polícia preventiva³, “e sua função consiste no conjunto de intervenções da administração, conducentes a impor à livre ação dos particulares a disciplina exigida pela vida em sociedade”, além disso, polícia administrativa atua antes de ocorrer um delito, visando evitá-lo.

É importante ressaltar que a polícia militar além de exercer a polícia administrativa, também exerce a função de polícia judiciária quando busca apurar as infrações penais, colhendo elementos que possam levar para o autor do fato e a materialidade para poder subsidiar a ação penal, e consequentemente responsabilizar o infrator. Neste sentido, a

² Conceitos extraídos do Parecer GM 25, Advocacia Geral da União (2001).

³ Termo também utilizado por Viera (2016).

competência de execução de polícia judiciária não está vinculada a A ou B, e sim à natureza jurídica da atividade (VIEIRA, 2016).

Ao conceituar ordem pública, deve-se ter em mente que o conceito de ordem pública é mais abrangente que o conceito de segurança pública. É neste sentido que Vieira *apud* Lazzarini (Vieira, 2016, p.24) diz que

(...) *segurança pública*, aspecto dos mais polêmicos, em verdade é um estado *antidelitual*, que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pela lei das contravenções penais, com ações de polícia preventiva e repressivas imediatas típicas, afastando-se, assim, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo mal que possa afetar a *ordem pública*, em prejuízo a vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas, limitando as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada pessoa, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a.

A segurança pública então tem uma função de assumir de uma maneira geral garantias, proteção, estabilidade da situação ou da pessoa em vários aspectos, sendo uma atividade de vigilância, prevenção, repressão de condutas delituosas (JESUS, 2011).

Em um parecer do atual ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Ferreira Mendes, este afirmou que ordem pública é um

(...) conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo Poder de Polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum (ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, 2001).

Contudo, o que é importante saber é que a compreensão de ordem pública está também relacionada ao contexto social e cultural do local a que está relacionado. Dependendo do tempo ou local a forma de compreensão da ordem pública vai se moldando. Por exemplo, em uma exposição cultural onde há a exposição do “nu artístico”, neste contexto, para determinadas pessoas que estão frequentando este local não está havendo o impacto no que se refere à ordem pública, haja vista, que a apresentação cultural faz parte daquele contexto. Por outro lado, poderá haver uma quebra da ordem pública onde uma pessoa retira sua roupa em local público expondo para todos, podendo assim constranger pessoas que transitam naquele local, que não seria o mais adequado naquele momento.

Portanto, a ordem pública não é algo que deve ser imposta e sim construída em parceria com todos que envolvem a sociedade, levando em consideração os usos e costumes da cultura do local, observando o espaço e o tempo, em consonância com a legitimidade da comunidade envolvida.

Diante do exposto, pode-se definir ordem pública como:

Uma noção de valor que decorre do conjunto de regras jurídicas e regras extrajurídicas, ou lei e moral, ou regras formais e regras informais, reconhecidas e aceitas e legitimadas pela comunidade. A noção da ordem pública encontra-se categorizada em quatro pilares, quais sejam, a salubridade, a segurança, a tranquilidade e a dignidade da pessoa humana. Pode-se afirmar ainda que ordem pública é o produto das relações humanas e ambientais em determinado contexto, tempo e espaço, que permite convivência salutar, harmoniosa e pacífica. (VIEIRA, 2016, p.27)

Além da Segurança Pública, já abordada neste trabalho, Vieira (2016) mencionou mais três pilares, importantes na ordem pública, a tranquilidade pública, salubridade pública e a dignidade da pessoa humana, que são definidos por Marcineiro *apud* Lazzarini (2009, p. 76) da seguinte forma:

- Tranquilidade Pública que “exprime o estado de ânimo tranquilo, sossegado, sem preocupações nem incômodos, que traz às pessoas uma serenidade, ou uma paz de espírito.”;
- Salubridade Pública, cuja “expressão designa, também, o estado de sanidade e de higiene de um lugar, em razão do qual se mostram propícias às condições de vida de seus habitantes.”;
- Dignidade da Pessoa Humana, que vem aflorando em recentes debates internacionais, visa atribuir ao Estado, no uso do seu poder de polícia, restringir a possibilidade de alguém se sujeitar ou sujeitar alguém a situação aviltante ou constrangedora, em nome da preservação da dignidade da pessoa humana.

Então, a polícia ostensiva tem o objetivo de preservar a ordem pública. Para que ocorra a paz social através da segurança pública, tranquilidade pública, salubridade pública e dignidade da pessoa humana, ou seja, um estado de normalidade social é importante que a polícia militar execute bem a sua missão de polícia ostensiva, através do poder de polícia.

3. APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA MISSÃO CONSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA.

3.1 Os Direitos Humanos no processo de formação do policial militar de Santa Catarina

A polícia Militar de Santa Catarina, como já foi mencionada neste trabalho, é uma instituição de grande importância na promoção e divulgação dos direitos humanos, com isso a base no processo de formação do policial militar são as leis que se encontram no ordenamento jurídico brasileiro e internacional⁴, e que também servem de embasamento para a consolidação dos Direitos Humanos no país e no mundo. Esse trabalho de formação se dá desde as disciplinas de Direitos Humanos, propriamente ditos, até as disciplinas que envolvem técnicas policiais, por exemplo.

Dessa forma, é importante saber que desde o ingresso na polícia militar, que se dá por concurso público para soldado, na carreira das praças, e para oficial, na carreira de oficiais, como o próprio nome já descreve, a formação dos direitos humanos está presente nas ementas curriculares de todos os cursos de formações da instituição.

Na carreira das praças, o policial ingressa através de concurso público para soldado, fazendo o curso de formação de soldados (CFSD) e ao longo da carreira faz cursos internos para ser promovido aos respectivos quadros na carreira, curso de formação de cabos (CFC), curso de formação de sargento (CFS) e o curso de aperfeiçoamento de sargento (CAS) que é pré-requisito para a graduação de 1º sargento e posteriormente subtenente. Além do que foi exposto, na carreira de oficiais, também há o curso de formação de oficiais (CFO) e mais a frente na carreira, como pré-requisito para assumir o posto de major, oficial superior, existe o curso de aperfeiçoamento de oficiais (CAO).

Dessa forma, de acordo com Vieira (2016), a Norma Geral da Polícia Militar traz em seu bojo, a grade curricular do CFSD (Última atualização – 2014), no que se refere à disciplina de Direitos humanos no curso de soldados esta possui 30 C/H., há de se observar também que no CFSD de 2016 e no CFO de 2013, a carga horária da disciplina de Direitos Humanos também foi 30 C/H (SANTA CATARINA, 2013b).

⁴ Referindo-se, as leis Internacionais que são recepcionadas pelo ordenamento jurídico interno, como por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948.

GRADE CURRICULAR CFSD 2016⁵

MÓDULO 1			
Nº	Disciplina	Sigla	C/H
01	Ciência Comportamental	CIC	16
02	Criminalística e Investigação Criminal	CRA	20
03	Criminologia Aplicada à Segurança Pública	CRI	24
04	Defesa Pessoal I	DPE1	24
05	Direito Penal I	DPN1	36
06	Introd. ao Estudo do Direito e Direito Constitucional	IED	24
07	Legislação de Trânsito I	LET1	24
08	Legislação Institucional	LEI	48
09	Ordem Unida I	ODU1	20
10	Educação Física Militar I	EFM1	30
11	Sistema de Segurança Pública no Brasil	SSP	20
12	Técnicas de Polícia Ostensiva I	TPO1	36
13	Tiro Policial I	TRP1	45
14	Tecnologia da Informação	TEI	30
15	Prevenção e Combate a Incêndio	PCI	15
TOTAL			412

⁵ SANTA CATARINA (2016).

MÓDULO 2

Nº	Disciplina	Sigla	C/H
01	Polícia Comunitária	POC	20
02	Defesa Pessoal II	DPE2	30
03	Direitos Humanos	DRH	30
04	Documentos Operacionais	DOA	36
05	Direito Penal II	DPN2	36
06	Ética e Cidadania	ETC	15
07	Direito Processual Penal	DPP	24
08	Gerenciamento de Estresse e Saúde Mental	GES	24
09	Legislação de Trânsito II	LET2	24
10	Ordem Unida II	ODU2	20
11	Mediação de Conflitos	MDC	16
12	Educação Física Militar II	EFM2	30
13	Técnicas de Polícia Ostensiva II	TPO2	36
14	Armas de Energia Conduzida	AEC	15
15	Tiro Policial II	TRP2	30
16	Uso Progressivo da Força	UPF	15
TOTAL			401
Estágio	Estágio Supervisionado		10 h/a

MÓDULO 3

Nº	Disciplina	Sigla	C/H
01	Direito da Criança e Adolescente	DCA	15
02	Atendimento Pré Hospitalar Tático	APH	45
03	Defesa Pessoal III	DPE3	30
04	Direção Defensiva Policial	DDP	24
05	Direito Ambiental	DRA	24
06	Direito Penal Militar e Processual Penal Militar	DPPM	24
07	Inteligência de Segurança Pública	ISP	16
08	Introdução à Prevenção às Drogas (PROERD)	IPD	20
09	Análise e Solução de Problemas	ASP	15
10	Operações de Trânsito	OPT	20
11	Operações de Polícia Ostensiva	OPO	48
12	Gerenciamento de Crises e Negociação	GCN	15

13	Ordem Unida III	ODU3	20
14	Educação Física Militar III	EFM3	30
15	Tiro Policial III	TRP3	45
TOTAL			391
Estágio	Estágio Supervisionado		35 h/a

Total do Curso: 1204 Horas /Aulas

A ementa do CFSD de 2016 aborda os conteúdos que estão de acordo com Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014). para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública.

Ementa: Evolução histórica dos Direitos Humanos; Gerações de Direitos Humanos; Noções básicas de Direitos Humanos; Conceito, Gerações e Características dos Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica); Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos; Atividade Policial e Direitos Humanos; Princípios básicos da aplicação da lei; Código de Conduta para os responsáveis pela aplicação da lei; Tortura – Lei nº 9.455 de 07 de abril de 1997. Grupos Vulneráveis (mulheres, pessoa com deficiência física e mental; idoso; criança & adolescente; população de rua; Comunidade LGBTQI+; usuários e dependentes de drogas) (SANTA CATARINA, 2016, p.08).

Além disso, de acordo com a Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014), a abordagem dos Conteúdos dos Direitos Humanos também devem ser trabalhados de forma transdisciplinares, perpassando por diversas disciplinas.

É válido ressaltar que os diversos itinerários formativos a serem elaborados com base no referencial da Matriz devem contemplar os direitos humanos, a partir das abordagens interdisciplinar e transversal. Ou seja, os temas relacionados aos direitos humanos, principalmente os vinculados à diferença sociocultural de gênero, de orientação sexual, de etnia, de origem e de geração, devem perpassar todas as disciplinas, trazendo à tona valores humanos e questões que estabelecem uma relação dialógica entre os campos de conhecimentos trabalhados nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.” (BRASIL, 2014, p.40).

Em vista disso, os cursos de formações das PMSC têm os Direitos Humanos abordados não somente na disciplina própria dos Direitos Humanos, mas também nas disciplinas de Defesa Pessoal, Técnicas Policiais Ostensiva, Polícia Comunitária, Gerenciamento de Estresse e Saúde Mental, Tiro Policial, Direito da Criança e Adolescente, Direito Ambiental, entre outras (SANTA CATARINA, 2016).

O que também é de extrema importância para a formação do policial, além de ter bons professores, qualificados tecnicamente, é que o policial necessite cultivar em si mesmo, no seu cotidiano e na sua vida, valores éticos e morais.

Jesus (2011, p.143-144) coloca que a ética e a moral devem estar inseridas no cotidiano dos policiais militares, “como norte a direcionar os seus trabalhos. A ética somente existe no singular, pois pertence à natureza humana e presente em cada pessoa, enquanto a moral está no plural, porque são as distintas formas de expressão cultural e histórica da ética (p.143-144).” Nesse contexto, o artigo 29 do Estatuto da Polícia Militar de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1983b) traz os preceitos éticos e morais que devem ser observados constantemente pelo policial militar de Santa Catarina:

Art. 29. O sentimento do dever, o pundonor policial-militar e decore da classe impõe a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensível, com a observância dos seguintes preceitos de ética policial-militar:

- I – Amar a verdade e a responsabilidade com fundamento da dignidade pessoal;
- II – Exercer, com autoridade, eficiência e probidade às funções que lhe couberem em decorrência do cargo;
- III – Respeitar a dignidade da pessoa humana;
- IV – Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;
- V – Ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados;
- VI – Zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico, bem como pelos dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum;
- VII – Empregar as suas energias em benefício do serviço;
- VIII – Praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação;
- IX – Ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;
- X – Abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria sigilosa de qualquer natureza;
- XI – Acatar as autoridades civis;
- XII – Cumprir seus deveres de cidadão;
- XIII – Proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular;
- XIV – Observar as normas da boa educação;
- XV – Garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;
- XVI – Conduzir-se, mesmo fora do serviço ou na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e o decore policial-militar;
- XVII – Abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros;
- XVIII – Abster-se o policial-militar na inatividade do uso das designações hierárquicas quando:
 - a) em atividades político-partidárias;
 - b) em atividades comerciais;
 - c) em atividades industriais;
 - d) discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos ou policiais militares, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, se devidamente autorizados;
 - e) no exercício de cargo ou função de natureza civil mesmo que seja da Administração Pública.
- XIX – Zelar pelo bom nome da Polícia Militar e de cada um de seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos de ética policial-militar.

Balestreri (2003, p. 36) diz que

Uma boa grade curricular e professores habilitados não apenas nos conhecimentos técnicos, mas igualmente nas artes didáticas e no relacionamento interpessoal, são fundamentais para a geração de policiais que atuem com base na lei e na ordem hierárquica, mas também na autonomia moral e intelectual.

E nesta perspectiva, que fique claro que o policial militar não pode agir de forma arbitrária, fora de todos os padrões técnicos fornecidos pela instituição em seu processo de formação e nas leis vigentes. Pois, se isso ocorrer além de responder conforme previsto em lei o agente de segurança pública corre o risco de manchar a imagem e o trabalho realizado de toda uma instituição e o mais grave é ferir a democracia e os direitos humanos.

O processo educacional em direitos humanos na formação policial se mostra essencial, pois conforme afirma Balestreri (2003) que as transformações na sociedade só irão acontecer se as pessoas forem educadas. E este autor diz que, através de sua nobre missão, o policial tem papel protagonista na propagação dos direitos humanos, através do comportamento, atitude, exemplo, o policial é capaz de educar.

A educação em direitos humanos, necessária à nova mentalidade e atuação do policial militar, implica criar no mesmo, o respeito, a dignidade e a proteção da lei com vistas a construir um modo de fazer prevalecer a opção pela democracia. (JESUS, 2004, p.157)

Por outro lado, algo que é importante mencionar neste trabalho, são as condutas inadequadas dos policiais militares em seu serviço. Pois, é necessário também para conhecimento e formação do policial militar que, além das condutas corretas, esses devem ter conhecimento também de condutas que devem ser evitadas ou não cometidas de forma alguma.

Neste sentido, apesar da instituição Polícia Militar se empenhar em formar bem os seus policiais, por vezes é noticiado nas mídias casos que envolvem policiais em situação de desrespeito, abusos, ou excesso. Condições essas que não condizem com os padrões institucionalizados pela PMSC. O fato é que qualquer desrespeito, abuso ou excesso cometido pelo policial militar pode gerar exclusão, marginalização e violência (PEQUENO, 2016b).

A truculência policial pode causar um reflexo no comportamento do cidadão abordado, no qual é comum que o próprio policial se torne vítima de tal atitude. Portanto, não deve o policial “ser cruel com os cruéis, vingativo contra os antissociais, hediondo com os que praticam atos hediondos. Apenas estaria com isso, liberando, licenciando, a sociedade para fazer o mesmo, à partir de seu inevitável patamar de visibilidade moral.”(BALESTRERI, 2003, p.28). A visibilidade moral que Balestreri se refere, é o exemplo moral e de conduta,

que o policial deve transparecer e demonstrar para a sociedade, refletindo bons exemplos de civilidade (BALESTRERI, 2003).

Pertille T. S.; Pertille M. (2017), citam informação referentes à realidade da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, onde após instauração de uma comissão de dentro da própria referida polícia, expôs que o motivo de grande parte das mortes de policiais estar relacionada à falta de treinamento, baixos salários e a corrupção na corporação. Esse diagnóstico demonstra que cada polícia militar, dentro do seu Estado tem suas peculiaridades a ser tratadas. Em Santa Catarina, a realidade e o contexto são bem diferentes do que acontece no Rio de Janeiro. Em Santa Catarina todos os policiais que ingressam na corporação, têm escolaridade de nível superior (SANTA CATARINA, 2013b), com isso seus salários também se encontram no patamar dos concursos de nível superiores, essa realidade, faz com que a qualidade e o nível do efetivo em Santa Catarina estejam em um bom patamar, tomando como referência as policias militares de outros Estados brasileiros.

Diante disso, a formação do policial militar deve sempre estar pautada nos princípios que norteiam os direitos humanos. E o policial militar em Santa Catarina deve sempre buscar para efetuar as suas ações, o conhecimento que foi adquirido durante seu processo de formação na academia da instituição, sempre buscando a excelência dos serviços prestados a sociedade. E todos os atos de ações devem buscar seus limites no poder de polícia, sem abusos ou violência. Assim, fazendo-se cumprir o desejo do povo, instituído no artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil.

3.2 Os Direitos Humanos aplicados na técnica policial militar de Santa Catarina

O policial militar é um agente de segurança pública que cotidianamente executa missões muito amplas e complexas. Ocorrências que vão desde ajudar uma criança a atravessar uma estrada movimentada até mesmo combater criminosos treinados e equipados com armamentos de grosso calibre, e que estão prestes a roubar um banco, por exemplo.

Apesar da profissão de policial militar ser essencial para a sociedade, garantindo que as pessoas possam viver com tranquilidade e segurança, muitas vezes não é bem compreendida pela mesma sociedade. Tal afirmativa pode ser confirmada observando, por exemplo, na mídia e em redes sociais, que expõe de forma inquisitória o policial e, por vezes, toda a corporação, rotulando-os como violadores dos direitos humanos, isso ocorre muitas vezes de forma injusta.

O público constantemente perscruta as instituições de segurança pública e os profissionais encarregados da aplicação da lei quando tais se envolvem em episódios que acarretam no uso excessivo de força com larga exploração e divulgação pela mídia. A atenção dada pelos veículos de comunicação em massa aos eventos onde há o emprego da força, infelizmente, dá a impressão de que o uso excessivo da força e seus índices, além de comporem a regra, são mais elevados do que realmente se mostram na rotina policial. (BRASIL, 2014, p.213)

Porém, há casos isolados, que em decorrência de um fato ocorrido, o policial excede os limites da força previstos em lei, por vezes de forma arbitrária, e que logicamente devem ser apurados e responsabilizados conforme preveem a legislação vigente. Tendo em vista que a PMSC tem um grande contingente de policiais, onde “conta com um efetivo total de 10.838 (dez mil, oitocentos e trinta e oito) policiais militares na ativa” (Trevisan; Carneiro; Rocha, 2018, p.6), e que por se tratar de pessoas que estão sujeitas a erros, a falha por vezes ocorre. Mesmo não devendo ocorrer tais erros, eles ocorrem, e quando acontecem, por se tratar de uma instituição onde todos usam praticamente a mesma farda, com exceção de algumas atividades específicas, todos os policiais e a instituição ficam estigmatizados por aquele acontecimento isolado. É nesse sentido, que a PMSC se empenha arduamente para bem formar seus policiais.

Então continuando nesse raciocínio, o policial deve saber diferenciar o rigor que é necessário por vezes ser utilizado, pautado nas técnicas policiais, da violência ou truculência que se dá de forma arbitrária sem estar respaldada pelo uso legítimo da força. Balestreri (2003, p. 27) afirma que “a fronteira entre a força e a truculência é delimitada, no campo formal, pela lei, no campo racional pela necessidade técnica e, no campo moral, pelo antagonismo que deve reger o *modus operandi* de policiais e criminosos.” Claro que quando ocorre uma ação sociopata, muitas vezes violenta, de algum indivíduo, a polícia utilizará de ações de uso progressivo da força, que também é violento, “como o é qualquer ação de contenção física ou privação de liberdades, mesmo quando exercida em nome de um bem maior” (BALESTRERI, 2003, p.27).

Com base no crescimento do crime organizado onde as ações desenvolvidas por estes indivíduos estão cada vez mais planejadas, capazes de causar prejuízos irreparáveis para a sociedade e para integridade física do policial, é de extrema necessidade que os profissionais de segurança pública, ao se deparar com situações potencialmente perigosas e imprevisíveis, estejam preparados tecnicamente e em todos os aspectos que envolvem sua saúde mental e física para exercer seu trabalho. Sendo assim, sob o entendimento que o policial precisa estar preparado para qualquer espécie de ocorrência que possa surgir e tendo em vista, que não é incomum que o agente tenha pouco tempo para avaliar e determinar o nível de resposta

apropriada ao evento que requer a sua atenção, é necessário que o profissional deva agir de forma técnica e em consonância com os direitos humanos. E também, é obrigação do policial se empenhar em dominar as técnicas do uso progressivo da força, com o objetivo de proporcionar a sociedade um serviço satisfatório e de qualidade.

São várias as técnicas de polícia ostensiva utilizada pela Polícia Militar de Santa Catarina (ROSA, A. J. P.; GOMES JÚNIOR, C. A. A.; NICHNIG, C. R.; SILVA, J. C., 2014), podendo citar como exemplo: técnica de busca pessoal, que recebe seu amparo no Código de Processo Penal (CPP) do artigo 240 ao 249; técnica de uso de algemas, que encontra-se embasado principalmente na súmula vinculante nº11 do STF, publicada em 2008 e na Lei nº11.689/2008, que alterou o procedimento do Júri previsto no CPP; técnica de abordagem policial, que é a ação policial de atuar em uma situação que exija intervenção policial, aproximando-se, interpellando, identificando e procedendo a busca de um ou mais cidadãos, que pode resultar na prisão, advertência ou orientação das pessoas envolvidas. Em vista disso, as técnicas de uso progressivo da força contida no Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva (TPO) da PMSC tem significância impar para a utilização devida da técnica a ser empregada (ROSA, A. J. P.; GOMES JÚNIOR, C. A. A.; NICHNIG, C. R.; SILVA, J. C., 2014).

A utilização do uso progressivo da força na PMSC tem seus fundamentos baseados na Constituição Federal de 1988, no Código Penal, no Código de Processo Penal, na Lei de Contravenções Penais, na Lei de abuso de Autoridade, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Tributário Nacional, o qual define poder de polícia Catarina (ROSA, A. J. P.; GOMES JÚNIOR, C. A. A.; NICHNIG, C. R.; SILVA, J. C., 2014). Outros dois alicerces para a utilização do uso correto da força são o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela aplicação da Lei, na resolução nº34/169, de 17 de dezembro de 1979, adotado na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde inclui todos os agentes da lei, que exerçam poderes de polícia, inclusive à polícia, trouxe delimitações, fazendo com que o Estado aumente o controle sobre a conduta dos agentes de segurança pública (ONU, 1979). E o segundo, são os princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei, adotado no Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Infratores, realizado em Havana, Cuba, de 27 de agosto a 07 de Setembro de 1990 (ONU, 1990).

Neste diapasão, os artigos do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela aplicação da Lei, mostram que o agente de segurança pública deve: agir de acordo com a lei vigente; respeitar e proteger a dignidade da pessoa humana; defender os direitos humanos;

usar a força de acordo com o princípio da excepcionalidade e proporcionalidade; considerar o emprego da arma de fogo como medida extrema; manter a veracidade e o segredo das informações; combater qualquer ato de tortura, pena ou tratamento cruel; garantir a proteção da saúde das pessoas sobre sua guarda e repudiar qualquer ato de corrupção (ONU, 1979). E os princípios sobre a utilização da força e das armas de fogo tratados em Havana, remetem sobre o controle do uso da força e de armas de fogo do funcionário responsável por aplicar a lei sobre as pessoas. São vinte e seis princípios que se pode destacar: formação e qualificação do policial por parte do governo; os quesitos do uso legítimo da força ou da arma de fogo; as exceções para o policial utilizar a arma de fogo; e formações constantes para o policial, no sentido de reciclagem daquilo que já foi aprendido no processo de formação (ONU, 1990).

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2014, p. 214) apresenta algumas propostas de modelos do uso progressivo da força, como o “FLETC; GIUESPIE; REMSBERG; CANADENSE; NASHVILE; PHOENIX”. Todos os modelos tem um objetivo comum, que é o de auxiliar os agentes de segurança pública nas tomadas de decisão e seleção adequada da força para cada situação a vim ser exposto.

Na Polícia Militar de Santa Catarina é utilizado o modelo FLECT adaptado, consiste em uma pirâmide de uso de força, onde a percepção do policial quanto ao agressor está disposta em seis níveis de submissão à ordem: ato que requer intervenção policial, cooperativo ou resistente verbal, resistência física passiva, resistência física ativa, agressão não letal e agressão letal. Em cada grau correspondente a ação de resposta do policial contra o suspeito na mesma ordem: presença física, verbalização, controle de contato, controle físico, força não letal e força letal. A seta de ponta dupla que está ao centro da pirâmide demonstra que a força empregada poderá crescer ou diminuir, dependendo da reação do cidadão no momento das ordens emanadas pela autoridade policia (ROSA, A. J. P.; GOMES JÚNIOR, C. A. A.; NICHNIG, C. R.; SILVA, J. C., 2014). Abaixo a figura da pirâmide do uso progressivo da força utilizada pela PMSC (ROSA, A. J. P.; GOMES JÚNIOR, C. A. A.; NICHNIG, C. R.; SILVA, J. C., 2014, p.11):

Uso Progressivo da Força (Pirâmide de Emprego da Força)



Tabela extraída do Manual de técnicas policiais da PMSC (ROSA, A. J. P.; GOMES JÚNIOR, C. A. A.; NICHNIG, C. R.; SILVA, J. C., 2014, p.11).

Para ser utilizado o emprego da força deve-se também conhecer a portaria Interministerial nº 4226, de dezembro de 2010, criada pelo Ministro de Estado da Justiça e o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem como objetivo principal limitar o uso da força pelos agentes de segurança pública, tratando também da responsabilidade do Estado nestes aspectos (BRASIL, 2010).

A portaria Interministerial nº4226 contém vinte e cinco diretrizes nacionais que tem a finalidade de reduzir os índices de letalidade que resulta das ações policiais, norteando o uso da força pelos agentes de segurança pública (BRASIL, 2010). O uso da força, então, será guiado pelos documentos internacionais de proteção aos direitos humanos e deverá considerar, sobretudo

O Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, de 17 de Dezembro de 1979; Os Princípios orientadores para a Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, de 24 de Maio de 1989; Os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, de 7 de Setembro de 1999, e a Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 15 de Fevereiro de 1991. (NOGUEIRA, 2016)

Está no Manual de Técnicas Policiais Ostensiva da PMSC (2010, p. 11), que para ser empregada a força o policial precisa atender os seguintes requisitos:

- “Legalidade: O uso da força nesta situação é legal?”
- “Necessidade: O uso da força nesta situação é necessário?”
- “Proporcionalidade: O uso da força nesta situação é proporcional à resistência oferecida?”
- “Conveniência: O uso da força nesta situação é conveniente em relação ao momento e ao local da intervenção policial?”

Os requisitos tratados no Manual de TPO da PMSC atendem em partes a diretriz de nº2 da Portaria nº4226, que diz que “o uso da força por agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência”, pois, no Manual de TPO não está presente o princípio da moderação, é possível que em uma nova edição do referido manual ocorra a devida atualização. Sendo assim, os conceitos dos requisitos, ou princípios, que o policial deve se atentar para a utilização do emprego da força está no anexo II da Portaria Interministerial, que estabelece que:

- “Princípio da Conveniência: A força não poderá ser empregada quando, em função do contexto, possa ocasionar danos de maior relevância do que os objetivos legais pretendidos”.
- “Princípio da Legalidade: Os agentes de segurança pública só poderão utilizar a força para a consecução de um objetivo legal e nos estritos limites da lei”.
- “Princípio da Moderação: O emprego da força pelos agentes de segurança pública deve sempre que possível, além de proporcional, ser moderado, visando sempre reduzir o emprego da força”.
- “Princípio da Necessidade: Determinado nível de força só pode ser empregado quando níveis de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos”.
- “Princípio da Proporcionalidade: O nível da força utilizado deve sempre ser compatível com a gravidade da ameaça representada pela ação do opositor e com os objetivos pretendidos pelo agente de segurança pública”.

Contudo, é possível observar que a Polícia Militar de Santa Catarina tem no processo de formação de seu efetivo, como um todo, a preocupação de chegar cada vez mais a um nível alto de excelência, no que diz respeito a proporcionar a sociedade catarinense e o povo brasileiro um serviço de qualidade, com respeito à legalidade, aos princípios constitucionais e aos direitos humanos. Tendo em vista, que é para este fim que a polícia militar existe, para ser parceira da comunidade, caminhar junto, salvar vidas, cuidar e proteger.

3.3 Os Direitos Humanos aplicados na preservação da ordem pública pela polícia militar de Santa Catarina

No contexto onde os direitos humanos são aplicados nas atividades policiais, é importante ter consciência de que o policial antes de tudo é um cidadão, e a cidadania deve alimentar sua razão de ser, sendo o policial então um membro da comunidade, em direitos e deveres. Neste aspecto, no preâmbulo do artigo 144 da Constituição Federal refere-se a segurança pública como dever do Estado, porém coloca também que é direito e responsabilidade de todos (BRASIL, 1988), então pode-se dizer que a polícia é a comunidade e a comunidade é a polícia.

Neste ponto de vista, a Polícia Militar de Santa Catarina utiliza de diversos mecanismos para atingir a sua missão constitucional através de trabalhos desenvolvidos entre a polícia e a comunidade, realizando uma polícia de proximidade, baseada na filosofia de polícia comunitária. Conforme Marcineiro (2009, p.109),

A Polícia Comunitária é, simultaneamente, uma filosofia e uma estratégia organizacional que permite a polícia, em conjunto com a comunidade, desenvolver um trabalho com vistas a buscar soluções ou alternativas para equacionar ou amenizar problemas relacionados à criminalidade, à violência e à desordem.

A proximidade que envolve a polícia e a comunidade tem em vista mudar a realidade do local ou ambiente a que a polícia esteja presente, visando diminuir os índices de ocorrências envolvendo a prática do crime e fazer com que não mais ocorram delitos de grandes proporções naquele ambiente.

Os trabalhos são desenvolvidos pela PMSC em vários aspectos da sociedade, contribuindo na promoção da cultura, cidadania, do lazer, da solidariedade, dos direitos humanos como um todo. Essas temáticas são levadas para a sociedade através de várias ações preventivas por todo o estado de Santa Catarina. Nesse sentido pode-se destacar o trabalho da *Banda de Música da Polícia Militar de Santa Catarina*, do *Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência* (PROERD), da proteção ao meio ambiente, por meio do programa de educação ambiental *Protetor Ambiental* (PROA) e da proteção e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, através da *Rede Catarina de Proteção à Mulher* (Rede Catarina).

A Banda de Música da Polícia Militar de Santa Catarina, também conhecida como “O Piano Catarinense” (BASTOS JÚNIOR, 2006, p.210), foi criada pela Lei nº89 de 21 de setembro de 1893 (BASTOS JÚNIOR, 2006, p.41). A Banda de Música sempre esteve presente, e atualmente ainda continua nos maiores eventos de Florianópolis e Santa Catarina,

abrilhantando eventos, festas culturais, realizando apresentações em teatros, praças, escolas, creches, hospitais, orfanatos, asilos, e variados locais. Inclusive há relato de governadores que fazem parte da história de Santa Catarina, como era o caso do Governador Felipe Schmidt que gostava de assistir à banda em suas retretas na Praça XV de novembro, no centro de Florianópolis (BASTOS JUNIOR, 2006).

A Banda de Música da PMSC, como entidade artística e cultural, representando a PMSC e a presença física do Estado, através da ostensividade da farda e do trabalho desenvolvido, tem a capacidade de levar para a sociedade a paz social e paz interior para as pessoas através da tranquilidade, a solidariedade, a cidadania, a dignidade da pessoa, entre outros aspectos que levam o espírito humano de fraternidade. Dos trabalhos exercidos pela Banda de Música da PMSC, pode-se citar: apresentações em hospitais, asilos, creches, escolas, universidades, festas culturais, procissões religiosas, concertos beneficentes, entre outras apresentações em geral nas comunidades. Além disso, é através da participação da Banda de Música que o Governador do Estado recebe altas autoridades internacionais, como cônsules e embaixadores; participa de cerimônias fúnebres; participa de cerimônias militares. São inúmeras as atividades exercidas pela Banda de Música com o objetivo de levar à sociedade catarinense e brasileira à missão atrelada a PMSC.

Diante de tamanha importância para a sociedade catarinense que a Banda de Música de Polícia de Santa Catarina foi declarada patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, através da Lei original nº 14.306, de 2008 (SANTA CATARINA, 2018).

Outro trabalho desenvolvido pela Polícia Militar de Santa Catarina é o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à violência (Proerd), que teve seu início no Estado de Santa Catarina no ano de 1998. Este trabalho objetiva ensinar crianças, adolescentes e adultos a: reconhecer e se conscientizar quanto ao efeito negativo do uso das drogas lícitas e ilícitas; resistir às classes das substâncias psicotrópicas e, principalmente, identificar as pressões pessoais e de grupos, da mídia e outros meios; se sensibilizar para os valores morais e éticos, viabilizando a construção de uma sociedade mais justa, sadia, segura e feliz; esclarecer os pais ou responsáveis quanto aos efeitos negativos das drogas e da importância do fortalecimento da estrutura familiar; prevenir a criminalidade, uma vez que, grande parte dos crimes estão relacionados às drogas, direta ou indiretamente; fortalecer a interação entre a Polícia Militar e a comunidade; fortalecer a autoestima, desenvolvendo o senso crítico e a consciência da importância de tomar as decisões corretas, mostrando opções longe das drogas e da violência, para ter uma vida saudável (SANTA CATARINA, 2009b).

O Proerd faz o seu trabalho nas salas de aula, um policial capacitado para tal fim vai até a escola e leciona suas aulas de prevenção, atendendo diferentes faixas etárias. Atualmente o ensino funciona da seguinte forma: *Educação Infantil e Anos Iniciais*, destinado a Educação Infantil e se amplia até o 4º ano do Ensino Fundamental, atendendo crianças de 4 a 9 anos de idade; *Caindo na Real*, destinado ao 5º ano e 7º do ensino fundamental, atinge crianças e pré-adolescentes, de idades entre 10 a 12 anos; *Proerd para Pais*, voltado para adultos da comunidade em geral, destinado aos pais ou responsáveis pela formação familiar da criança ou adolescente (SANTA CATARINA, 2006).

São diversas as modalidades de atuação da PMSC, assim sendo a Polícia Militar Ambiental é no Estado de Santa Catarina a entidade responsável pela prevenção, e fiscalização de ilícitos ambientais. Estes policiais atuam de forma preventiva através de ações de orientação e educação ambiental, tendo como base a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como Eco-92, foi-se criado no ano de 1999 na Polícia Militar Ambiental, o Programa Protetor Ambiental (PROA) (SANTA CATARINA, 2009).

O programa de educação ambiental Protetor Ambiental (PROA) foi institucionalizado e reconhecido pela PMSC no ano de 2013, através da Diretriz Operacional Padrão 039/CMDO GERAL/PMSC. Essa diretriz trouxe em seu conteúdo, a finalidade, o conceito, objetivos, execução, e outras prescrições.

Então, o PROA é desenvolvido com base na educação não formal de adolescentes com idade entre 12 e 14 anos de idade, oriundos de escolas públicas e privadas. A formação dos alunos com 180 horas aula, ministradas no contra turno escolar e estruturada em um projeto pedagógico que propõe a aplicação de um núcleo central de atividades teóricas e práticas, pedagogicamente definidas e delineadas para a prevenção primária das agressões humanas ao meio ambiente. Neste sentido, os alunos são formados na missão de se posicionarem socialmente como defensores do meio ambiente e multiplicadores do conhecimento adquirido (SANTA CATARINA, 2013).

Os alunos do Programa protetor ambiental têm como conteúdos das disciplinas: Polícia Militar e Cidadania; Ecologia; Gestão de Recursos Hídricos; Gestão de Resíduos; Gestão da Flora; Gestão da Fauna; Legislação Ambiental; Unidades de Conservação. Ainda, os alunos do PROA recebem uniformes custeados pela Polícia Militar de Santa Catarina. E sob a premissa de que *ninguém preserva o que não conhece* o PROA através da PMSC desenvolve também a preservação da ordem pública e promoção dos direitos humanos de terceira geração.

Um novo programa que ainda está em desenvolvimento pela Polícia Militar de Santa Catarina, e que também é de grande importância para a valorização dos direitos humanos é a *Rede Catarina de Proteção à Mulher* (Rede Catarina), por conseguinte ainda não há muitas produções acadêmicas e até mesmo legislação específica sobre o programa em desenvolvimento pela PMSC.

Neste sentido, em junho de 2017 foi institucionalizado a Rede Catarina com o objetivo de prevenir a mulher contra atos de violência doméstica e familiar (Santa Catarina, 2017). Esse programa sustenta-se em ações de policiamento e realizando a chamada Patrulha Maria da Penha, com contribuições tecnológica, buscando conferir maior efetividade e celeridade nas ações protetivas à mulher. O artigo 5º da Lei 11.340 de agosto de 2006 “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, artigo 5º, caput), nas seguintes situações:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Fornecendo mais fundamentações a este programa realizado pela PMSC, o artigo 6º ainda da Lei 11.340/06 diz que “a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos” (BRASIL, 2006).

Em relação à atuação e funcionamento da Rede Catarina, o programa está estruturado em três eixos onde há ações de proteção, policiamento direcionado ao problema e solução tecnológica. Para tanto, será instituída uma guarnição específica denominada Patrulha Maria da Penha para qualificar o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, onde obrigatoriamente, há de ser composta por no mínimo dois policiais militares, sendo um deles, necessariamente, do sexo feminino. Então, entre outros serviços a Rede Catarina estará direcionada a: realizar visitas preventivas a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, com o objetivo de dar-lhes um acompanhamento qualificado; assessorar as vítimas nas dúvidas, leis e direitos vigentes; adotar quando necessárias medidas de proteção; comunicar ao poder judiciário das situações em que não ocorra flagrante, porém haja risco à mulher; fiscalizar as medidas protetivas por meio de visitas (Santa Catarina, 2017).

A celeridade e a efetividade da Rede Catarina tem sido muito importante para a prevenção e consequentemente diminuição da violência doméstica e familiar, haja vista, que esse programa tem realizado a junção dos diferentes atores que atuam nas referidas ocorrências, como o Poder Judiciário, Ministério Público, Assistência social, Polícia Civil, entre outros, viabilizando à pessoa vitimada uma resposta mais concreta e rápida para o seu problema (VIEIRA; VENDRAMINI, 2018).

Diante do exposto, é importante deixar claro que as ações de preservação aqui apresentadas são apenas uma parte de vários outros trabalhos em que a Polícia Militar de Santa Catarina desenvolve a fim de fazer cumprir sua missão constitucional e consequentemente levar à sociedade os direitos humanos. Assim, a Banda de Música da PMSC, o PROERD, o PROA e a Rede Catarina são ações realizadas pela PMSC onde efetivamente fazem com que o nível de qualidade de vida da sociedade catarinense se eleve, no sentido de conferir as pessoas os direitos mais supremos inerentes aos direitos humanitários, pois nas referidas ações estão presentes as premissas dos direitos humanos, como a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a solidariedade, a liberdade, a igualdade, a fraternidade, os cuidados com o meio ambiente, entre outros.

Conforme Balestreri (2003, p. 100-101)

O policial foi instituído pela sociedade para ser o defensor número um dos direitos humanos. Se seria estranho dizer isso há alguns anos, hoje é absolutamente lógico, no contexto de uma sociedade democrática. O que repito sempre aos policiais é: “tomem essa bandeira do monopólio das nossas mãos”. Tomem essa bandeira dos direitos humanos da exclusividade das organizações não-governamentais, Ela é de vocês também! É com essa bandeira nas mãos, plenos de dignidade, que os policiais serão reconhecidos pela sociedade, superando velhos preconceitos e estereótipos. Essa será, a meu ver, a única forma da sociedade mudar a relação de ambiguidade que tem com a polícia.

Conforme mencionou Balestreri (2003), a polícia deve abraçar cada vez mais a bandeira da promoção dos direitos humanos, em outro momento o mesmo autor diz que a polícia não deve apenas respeitar os direitos humanos, ela deve promovê-los. Dessa forma, e a missão do policial militar será cumprida conforme prevê a Constituição Federal de 1988.

4. CONCLUSÃO

É fato, que o ser humano não consegue existir como um ser social sem vivenciar, respeitar e promover os direitos humanos. Então, após muitas lutas e guerras, no qual foi colocada em risco a humanidade, foi elaborada a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Neste sentido, o Brasil além de ratificar a Declaração Universal de 1948, faz uso das legislações pertinentes aos direitos humanos recepcionando-as ao ordenamento jurídico interno. Ainda assim, a fundamentação para a construção da Constituição Federal de 1988 teve como base a legislação existente referente aos direitos humanos, refletindo assim em toda a sociedade brasileira. Atrelado a isso, o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, no qual está expressamente implantada a missão constitucional das polícias militares, também tem o reflexo dos direitos humanos.

A missão do policial militar consiste em inúmeras atividades que envolvem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Muitas das ações exercidas pela polícia militar interferem diretamente na vida das pessoas da sociedade, podendo até mesmo, através do poder de polícia, limitar o exercício de alguns direitos individuais em prol do bem da segurança pública e da coletividade. Diante disso, ficou claro no trabalho que além das polícias militares dos estados concederem boa formação aos profissionais da segurança pública para a sociedade, é necessário que os policiais também por si só, devem se empenhar em fazer o melhor trabalho possível para a sociedade, onde suas ações devem sempre ser pautadas na legalidade e nos direitos humanos, com o objetivo de proporcionar a sociedade um serviço de qualidade. Fugir de qualquer ação que não esteja dentro dos padrões institucionalizado pela Polícia Militar de Santa Catarina.

Nessa perspectiva, retratando especificamente cada capítulo deste trabalho, no primeiro capítulo que ao ser analisado o conceito dos Direitos Humanos constatou-se que a humanidade precisa ter cada vez mais consciência da importância dos direitos humanos para a perpetuação da vida como um todo no planeta, onde através do respeito às dimensões dos direitos humanos a sociedade consiga deixar para as próximas gerações de pessoas o legado de um mundo bom, onde todos possam viver em paz e felizes, sem desigualdades, preconceitos referentes à raça, cor, religião, sexo, convivendo com liberdade e fraternidade.

Em outro momento do primeiro capítulo foi abordada a importância e o impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos para a vida em sociedade, onde a referida declaração pôs fim a era de atrocidades, violências, genocídios, e abusos cometidos pelo

comando de Hitler. Além disso, trouxe uma nova era de direitos humanitários para todos sem exceção. A partir da aprovação da Declaração Universal de 1948, as Nações Unidas buscou mecanismos para a efetivação dos direitos humanos por todas as nações e aos poucos está ocorrendo, com objetivo de conceber uma ordem pública mundial, pautada na dignidade da pessoa humana, afim de que todos desfrutem dos referidos direitos, que são para todos.

O primeiro capítulo ainda expressa os direitos humanos impactando no ordenamento jurídico interno e servindo de propulsão para construção da Constituição Federal de 1988 e outras normas do direito brasileiro. Dois dos principais fundamentos da Constituição elencados no estudo são: a dignidade da pessoa humana a qual reconhece o ser humano como merecedor de total respeito por parte do Estado e da comunidade, concedendo a pessoa todos os direitos e deveres fundamentais para a vida em sociedade; outro fundamento é o da cidadania, que concede a pessoa o direito a ter direitos, podendo as pessoas exercer seu papel de cidadão podendo eleger seus representantes através do voto direto, além disso, poder participar ativamente de todos os processos democráticos do país.

O segundo capítulo refere-se à Polícia Militar. Em um primeiro momento deste capítulo foi abordado o referido tema no âmbito nacional, mostrando que a polícia, historicamente, desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, sempre exerceu a função do órgão do Estado no qual é responsável pela preservação da ordem social. E através do uso do uniforme, que o militar o chama de farda faz o trabalho de ostensividade, no qual a polícia militar como órgão de segurança pública do Estado, se mostra presente nas comunidades de forma ainda mais visível. Ainda nesse momento a Constituição Federal traz expressamente a nomenclatura dizendo que os membros das Polícias Militares são considerados militares dos Estados, dando aos policiais militares todas as prerrogativas de militares, porém com jurisdição estadual, com função específica, diferenciando-os dos militares federais.

Ainda no segundo capítulo a abordagem da temática polícia militar foi minimizada para o contexto do Estado de Santa Catarina, através da atuação da Polícia Militar de Santa Catarina. Assim como ocorreu na história da criação das polícias militares no âmbito nacional, em Santa Catarina a criação da polícia também tinha função de órgão de segurança pública. Observou-se através das legislações estaduais a grande quantidade de competências no qual a Polícia Militar é incumbida de executar diuturnamente, durante todos os dias do ano. Dessa forma, a PMSC elenca alguns objetivos como instituição para realizar um serviço de qualidade para a sociedade, como a legitimidade, efetividade, a excelência, ser confiável nas crises e ser promotora dos direitos humanos.

É abordada também no segundo capítulo a missão constitucional da Polícia Militar de Santa Catarina, que se baseia na polícia ostensiva e preservação da ordem pública. Tendo em vista a missão constitucional, outros decretos e leis foram acrescentados para dar maiores sustentações e clareza para o serviço policial.

Posteriormente, conceituou-se polícia ostensiva, abordando as fases do poder de polícia, através da ordem de polícia, consentimento de polícia, fiscalização de polícia e a sanção de polícia.

Em relação à preservação da ordem foram observados os conceitos inerentes à ordem pública, mostrando que para se acontecer concretamente a preservação da ordem pública deve se observar os preceitos que envolvem segurança pública, tranquilidade pública, salubridade pública e dignidade da pessoa humana.

E no último capítulo foi realizada a análise da Polícia Militar de Santa Catarina em conformidade com os direitos humanos. Em um primeiro momento desse capítulo foi realizado um levantamento bibliográfico em relação à formação policial militar em Santa Catarina, no qual se observou que há a presença constante do tema relacionado aos direitos humanos na formação destes agentes. A formação se dá em disciplina específica de direitos humanos e também perpassa por outras disciplinas, servindo como fundamento essencial na formação.

No mesmo capítulo percebeu-se que as técnicas utilizadas pela Polícia Militar de Santa Catarina tem o respaldo nas subordinações que envolvem as legislações referentes aos direitos humanos. Ou seja, todas as ações policiais devem agir de acordo com os padrões institucionais, padrões estes que foram construídos embasados nas normas de direitos humanos nacionais e internacionais. Dessa forma, não é possível o policial utilizar uma ação que esteja fora do contexto apresentado, onde os direitos humanos são o que norteiam qualquer das ações. Caso o policial fuja dos padrões das ações institucionalizadas, estará agindo sem amparo legal e de forma arbitrária, onde esse policial, além de estar correndo o risco de receber punição pelo erro, há também o ato de ferir os preceitos democráticos.

No terceiro capítulo, ainda na parte final deste trabalho, foi apresentado a importância da aproximação da polícia militar com a comunidade, através da filosofia de polícia comunitária. Então, a polícia comunitária é importante para que haja uma aproximação da polícia com a comunidade, e através dessa junção se desenvolva trabalhos em que realmente ocorram mudanças de forma concreta na vida das pessoas, produzindo a partir destas realizações frutos para a sociedade, onde possam viver pessoas sadias, felizes, que consigam viver suas vidas em paz.

Nessa perspectiva, foram apresentadas algumas das atividades preventivas exercidas pela Polícia Militar de Santa Catarina, com o intuito de mostrar de forma prática os trabalhos de prevenção no qual está explícito a promoção dos direitos humanos, como foi o caso da Banda de Música, do programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), do Protetor Ambiental (PROA) e da Rede Catarina de Proteção à Mulher.

Os trabalhos desenvolvidos pela Polícia Militar de Santa Catarina mostraram a importância desta instituição na promoção dos direitos humanos, pois às vezes em comunidades em que há problemas muito graves de falta de estrutura, a polícia é o único órgão do Estado que está presente naquele ambiente. Por isso, da importância da polícia estar bem preparada em sua formação; pois o exemplo e a ação de um bom profissional na segurança pública pode fazer com que mude completamente o contexto social de um local.

Diante da exposição deste trabalho, fica evidenciado que a Polícia Militar de Santa Catarina observa os preceitos dos direitos humanos em sua missão constitucional. E que as instituições de polícias militares não somente em Santa Catarina, mas em todo Brasil, devem buscar se empenhar cada vez mais na boa formação dos seus policiais, pois a sociedade necessita de uma polícia humana, que respeite a todos de forma igualitária e dentro da legalidade.

Importante também além da boa formação do policial militar é fato de que os responsáveis pelos profissionais da segurança pública devem se empenhar em subsidiar uma ampla e boa estrutura de trabalho para as polícias, favorecendo e fazendo com que o policial possa trabalhar em boas condições, com satisfação, dignamente, assim sendo prestando um serviço de qualidade e excelência junto à sociedade. Pois, vale a pena lembrar o que foi mencionado neste estudo, o policial é a comunidade e a comunidade também é o policial, os dois formam um só corpo na sociedade, sem dicotomias neste sentido.

Fica claro no final deste estudo que o cumprimento da missão constitucional da Polícia Militar de Santa Catarina fica atrelado totalmente ao cumprimento das legislações pertinentes aos direitos humanos. Não é possível a Polícia Militar de Santa Catarina caminhar sozinha na sua missão constitucional, deve carregar consigo em todas as suas ações os supremos direitos humanos. Então, além de respeitar os direitos humanos, deverá promovê-los, de forma que a sociedade não consiga somente enxergar no policial apenas uma pessoa fardada, cumpridora de ordens do Estado, mas sim um agente que é promotor dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - AGU. **Parecer GM nº025**. Gilmar Ferreira Mendes, Advogado Geral da União. Brasília, 10 de agosto de 2001.

Disponível em: <http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/8417> Acesso em: 12/11/2018.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo, RS: Gráfica Editora Berthier, 2003.

BASTOS JÚNIOR, Edmundo José de. **Polícia Militar de Santa Catarina: histórias e histórias**. Florianópolis: Editora Garapuvu, 2006. 312 p.

BORGES, Yara Gonçalves Emerik . **A atividade policial e os direitos humanos**. Disponível em: http://www.apcn.org.br/wp-content/uploads/2011/09/Artigo_Yara.pdf. Acesso em 05/12/2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0667.htm. Acesso em 30/07/2018.

BRASIL. **Decreto Nº 88.777, de 30 de setembro de 1983**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D88777.htm Acesso em: 01/10/2018.

BRASIL. **Lei nº. 5.172. Código Tributário Nacional**. Brasília, DF, Senado, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm Acesso em: 20/10/2018.

BRASIL. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF, Congresso Nacional, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em: 10/11/2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretária Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional**: Para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, 2014. Disponível em: http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf Acesso em: 19/10/2018.

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 4226, de 31 de dezembro de 2010**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf> Acesso em: 22/10/2018.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 19. ed. São Paulo : Saraiva, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo – SP: 7ª edição, rev. e atual. Editora Saraiva, 2010.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Aprovada em 26 ago. 1789. França. EUA. In: CENARTE - Centro de Estudos Pesquisas e Ação Social, **Enciclopédia digital de direitos humanos**, Manaus, 2. Ed, disco compacto 58 (650 Mb). Prod: Videolar, 2005.

FONSECA, Carlos Anselmo da. **A segurança pública e as polícias civil e militar diante do texto constitucional – Uma visão interpretativa do artigo 144 da Constituição Federal**, Revista Ciência Jurídica. Brasília, n° 44, mar./abr. 1992, p. 317.

GUERRA, Sidney. **Direitos humanos e cidadania**. 1ª Edição. Editora Atlas, 2012.

Hipólito, Marcello Martinez; Tasca, Jorge Eduardo. **Superando o mito d espantinho** – uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública. Florianópolis: Insular, 2012. 248p.

Jesus, José Lauri Bueno de. Polícia Militar e Direitos Humanos. / 1ª edição, 2004, 4ª reimpressão /Curitiba: Juruá, 2011. 196p.

LAZZARINI, Álvaro. et. al. **Direito administrativo da ordem pública**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

Marcello Wagner Schlischtig - O PROGRAMA PROTETOR AMBIENTAL COMO ATIVIDADE PARA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NA ÁREA DA 3ª COMPANHIA DO 1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL – Florianópolis 2016.

MARTINS, Fladimir Jerônimo Belinati. **Dignidade da pessoa humana: princípio constitucional fundamental**. / 1ª Edição, 2003, 6ª reimpressão/Curitiba: Juruá, 2011.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos artigos 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência**. / 10. Edição – São Paulo: Atlas, 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. / 30. Edição – São Paulo: Atlas, 2014.

NDIAYE, Bacre Waly. **Limitando a Arbitrariedade do Estado**. Livro: Direitos Humanos no século XXI. Parte I. Instituto de Pesquisa de relações Internacionais – IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, Organizadores: Paulo Sérgio Pinheiro; Samuel Pinheiro Guimarães. (p. 49-73).

NOGUEIRA, Breno Chaves. **UM ESTUDO SOBRE O USO LEGAL E DIFERENCIADO DA FORÇA**: A necessidade da implantação de um programa de formação permanente na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Homens do Mato – Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública. Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT). RHM - Vol 16 n° 03 – Jul/Dez 2016. Disponível em: http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/341/pdf_239 Acesso em: 20/10/2018.

ONU. **Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.** 17 de Dezembro de 1979. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm> Acesso em: 21/10/2018.

ONU. **Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei.** Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes. 7 de setembro de 1990. Disponível em:
http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/principios_basicos_arma_fogo_funcionarios_1990.pdf
 Acesso em: 21/10/2018.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia das Nações Unidas pela Resolução 217 A, de 10 dez. 1948. In: CENARTE - Centro de Estudos Pesquisas e Ação Social, **Enciclopédia digital de direitos humanos**, Manaus, 2. Ed, disco compacto (650 Mb). Prod: Videolar, 2005.

PEQUENO Marconi J. P. **Ética, educação e cidadania** / Educando em Direitos Humanos: fundamentos histórico-filosóficos e políticos-jurídicos / Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Alexandre Antônio Gili Náder, organizadores. – João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. Volume 1. (2016b) Disponível em:
<http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/04/EducandoEmDireitosHumanosV1.pdf>. Acesso em: 16/11/2018.

PEQUENO Marconi J. P. **O fundamento dos direitos humanos** / Educando em Direitos Humanos: fundamentos histórico-filosóficos e políticos-jurídicos / Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Alexandre Antônio Gili Náder, organizadores. – João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. Volume 1 Disponível em:
<http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/04/EducandoEmDireitosHumanosV1.pdf>. Acesso em: 16/11/2018.

PERTILLE, Thais Silveira; PERTILLE, Marcelo. Direitos Humanos e Atividade Policial: a quem interessa o conflito?. IN: **Tempo de Resistência**. Org. Aline Gostinski, Deivid Willian dos Prazeres, Thiago Minagé. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 12ª edição, revisão e atualização. São Paulo: Saraiva, 2011.

POLICIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Projeto Pedagógico de Curso:** Curso de Formação de Oficiais / Bacharelado em Ciências Policiais. 2013; Florianópolis-SC. Disponível em:
http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/919744/ART_919744_2013_04_09_153632_projeto_pe.pdf Acesso em: 19/10/2018.

RABENHOST. Eduardo R. - **O que são direitos humanos?** / Educando em Direitos Humanos: fundamentos histórico-filosóficos e políticos-jurídicos / Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Alexandre Antônio Gili Náder, organizadores. – João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. Volume 1. Disponível em:
<http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/04/EducandoEmDireitosHumanosV1.pdf>. Acesso em: 16/11/2018.

REINER, Robert. **A Política da Polícia**; tradução Jacy Cardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira Cunha Marques. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ROSA, A. J. P.; GOMES JÚNIOR, C. A. A.; NICHNIG, C. R.; SILVA, J. C. **Manual de técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC**. Polícia Militar de Santa Catarina. 3ª Edição, Florianópolis, 2014.

SANTA CATARINA. Estado De. **LEI Nº 6.217, de 10 de fevereiro de 1983**. Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/1983/006217-011-0-1983-000.htm> Acesso em: 13/11/2018.

SANTA CATARINA. Estado De. **LEI Nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983**. (1983b) / Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências. Disponível em: http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/dsps/ART_927398_2014_07_23_083233_1_6218_198.pdf Acesso em: 01/10/2018.

SANTA CATARINA. Estado De, Comando Geral da Polícia Militar. **Diretriz de procedimento permanente nº 036/2006/CMDO G**. Estabelece normas de procedimento para a regulamentação, execução e avaliação do Proerd.

SANTA CATARINA, Estado de. **Lei Estadual no 14.675, de 13 de abril de 2009**. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2009/14675_2009_lei.html Acesso em: 16/11/2018.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de. **Decreto no 2.817, de 10 de dezembro de 2009. (2009b)** Dispõe sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2009/002817-005-0-2009-005.htm> Acesso:10/11/2018.

SANTA CATARINA. Estado De, Comando Geral da Polícia Militar. **Diretriz de procedimento permanente nº 039/2013/CMDO G**. Dispõe sobre Estabelecer normas de procedimento para a regulamentação, execução e avaliação do Programa Protetor Ambiental – PROA, aplicado pela Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, por meio do Batalhão de Polícia Militar Ambiental - BPMA.

SANTA CATARINA. Polícia Militar de. **Projeto Pedagógico de Curso**. Curso de Formação de Oficiais – CFO, Bacharelado em Ciências Policiais. Florianópolis, 2013b.

Disponível em: http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/919744/ART_919744_2013_04_09_153632_projeto_pe.pdf Acesso em:16/11/2018.

SANTA CATARINA. Estado de. **Lei Complementar Nº 587, de 14 de janeiro de 2013. (2013c)** / Dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2013/587_2013_Lei_complementar.html Acesso em: 16/11/2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Militar de Santa Catarina. **Plano estratégico da Polícia Militar de Santa Catarina** / Santa Catarina.

Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Militar de Santa Catarina. 3. ed. rev. e atual. – Florianópolis: PMSC, 2015.

Disponível em: <http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/master/PlanoEstrategico.pdf>

Acesso em: 21/11/2018.

SANTA CATARINA. Estado de. Secretária de Estado da Segurança Pública. Polícia Militar. **Boletim Eletrônico Nº21/2016**. Disponível em:

file:///C:/Users/Usuario/Desktop/Downloads/BEPM21DE03JUN16ASSINADO_20160602.2.pdf Acesso em: 19/10/2018.

SANTA CATARINA. Polícia Militar. **Marco Conceitual: Rede Catarina de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica**. 2017.

SANTA CATARINA. Estado de. **Lei Nº 17.565, de 6 de agosto de 2018**.

Disponível em: http://leis.ale.sc.gov.br/html/2018/17565_2018_lei.html Acesso em: 30/10/2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. Edição. Rev. Atual. 2. Tir. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

TREVISAN, Luis Antonio Pittol; CARNEIRO, Amanda Maciel; ROCHA, Arlindo Carvalho. **O Efetivo da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC):** Dianóstico, Reflexões e Prospecções. CIDESP, II Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público. 27 a 29 de agosto de 2018. Disponível em:

www.cidesp.com.br/index.php/Icidesp/2cidesp/paper/download/356/175 Acesso em: 20/10/2018

VIEIRA, Thiago Augusto. **A polícia ostensiva e a preservação da ordem pública: a competência das polícias militares**. / Thiago Augusto Vieira. – Florianópolis: Edição do Autor, 2016.

VIEIRA, Thiago Augusto; VENDRAMINI, Patrícia. **Polícia de Proximidade: governança na Prática**. Florianópolis: Editora Papa Livro, 2018. 141 p.

ANEXOS

Anexo 1 - GRADE CURRICULAR CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS 2013⁶**1º CFO - 1º Semestre**

Nº	Disciplina	C.H.
1	História de Polícia	30
2	Teoria Geral das Ciências Policiais	30
3	Doutrina de Polícia Ostensiva	45
4	Legislação Institucional I	45
5	Direito Administrativo Disciplinar I	45
6	Telecomunicações	15
7	Armamento, Munição e Tiro Policial I	75
8	Ordem Unida I	60
9	Saúde e Atividade Física I	60
10	Defesa Pessoal Policial I	45
11	Documentos Operacionais de Encerramento de Ocorrências	60
12	Legislação e Policiamento Ostensivo de Trânsito	90
13	Técnicas de Polícia Ostensiva	90
14	Ética e Cidadania	30
15	Documentos Oficiais e Correspondência Militar	15
16	Protocolo e Cerimonial Militar	15
17	Cultura Organizacional	30
18	Teoria Geral de Administração	30
19	Tópicos Especiais*	30
Total	19	840

*Disciplina definida pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovado em análise do Conselho de Ensino Superior.

⁶ SANTA CATARINA (2013b).

2º CFO - 2º Semestre

Nº	Disciplina	C.H.
1	Direito Administrativo Disciplinar II	45
2	Direito Penal e Processual Penal Militar	60
3	Operações de Polícia Ostensiva I	45
4	Polícia Comunitária	30
5	Trabalhos de Comando e Estado Maior I	30
6	Legislação Institucional II	45
7	Criminalística e Investigação Policial	30
8	Armamento, Munição e Tiro Policial II	45
9	Saúde e Atividade Física II	60
10	Ordem Unida II	60
11	Defesa Pessoal Policial II	45
12	Fundamentos da Gestão Pública	45
13	Socorros de Urgência e Atividade de Bombeiro Militar	45
14	Tecnologia da Informação	30
15	Direitos Humanos	30
16	Tópicos Especiais de Direito Penal e Processual Penal	45
17	Introdução a Antropologia Social	45
18	Tópicos Especiais*	30
19	Estágio Supervisionado I**	0
20	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS***	0
Total	20	765

*Disciplina definida pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovado em análise do Conselho de Ensino Superior.

** O Estágio Supervisionado I corresponde a 60 horas.

*** Disciplina Optativa: 15h/a

3º CFO - 3º Semestre

Nº	Disciplina	C.H.
1	Operações de Polícia Ostensiva II	45
2	Comando, Chefia e Liderança	30
3	Direito Ambiental	45
4	Metodologia do Ensino Superior	45
5	Metodologia da Pesquisa	45
6	Gestão em Defesa Civil	30
7	Abordagem Sócio-Psicológica da Violência e do Crime	30
8	Trabalhos de Comando e Estado Maior II	45
9	Armamento, Munição e Tiro Policial III	45
10	Defesa Pessoal Policial III	45
11	Saúde e Atividade Física III	60
12	Administração de Pessoal	45
13	Polícia Administrativa	45
14	Criminologia	30
15	Doutrina e Segurança de Trânsito	30
16	Processo de Inovação na Segurança Pública	45
17	Tópicos Especiais*	30
18	Estágio Supervisionado II**	0
Total	18	690

*Disciplina definida pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovado em análise do Conselho de Ensino Superior.

** O Estágio Supervisionado II corresponde a 60 horas.

4º CFO - 4º Semestre

Nº	Disciplina	C.H.
1	Administração Financeira e Orçamentária	45
2	Administração de Materiais e Logística	45
3	Comunicação Social	30
4	Inteligência Policial Militar	45
5	Polícia Judiciária Militar	30
6	Armamento, Munição e Tiro Policial IV	30
7	Ordem Unida III (Treinamento formatura)	30
8	Saúde e Atividade Física IV	60
9	Defesa Pessoal Policial IV	45
10	Operações de Polícia Ostensiva III	30
11	Gerenciamento de Crise e Negociação	30
12	Mediação de Conflitos	30
13	Policiamento Orientado à Solução de Problemas	30
14	Introdução à Prevenção às Drogas - PROERD	20
15	Elaboração e Gestão de Projetos	30
16	Saúde Mental e Gerenciamento do Estresse	30
17	Tópicos Especiais*	30
18	Estágio Supervisionado III**	0
19	Estágio Administrativo***	0
Total	19	590

*Disciplina definida pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovado em análise do Conselho de Ensino Superior.

** O Estágio Supervisionado III corresponde 60 horas.

*** O Estágio Administrativo corresponde a 100 horas.

Síntese da Malha Curricular

Nº	Período	Carga Horária	
1	1º Semestre – 1º CFO	840h/a	700 horas
12	2º Semestre – 2º CFO	765h/a	637 horas
3	3º Semestre – 3º CFO	690h/a	575 horas
4	4º Semestre – 4º CFO	590h/a	492 horas
5	Estágio Supervisionado		280 horas
6	Atividades Complementares		316 horas
7	Disciplina Optativa – LIBRAS	15 h/a	12 horas
Total em horas			3012 horas

Anexo 2 – Foto da Banda de Música da PMSC, realizando uma atividade de prevenção na comunidade da Vila União, em Florianópolis-SC. Na foto um policial da Banda está apresentando o instrumento trombone para as crianças, através de uma música e brincadeiras.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Anexo 3 – Foto da Banda de Música da PMSC, realizando uma atividade de prevenção na comunidade da Vila União, em Florianópolis-SC. Na foto uma criança da comunidade regendo a Banda na execução de uma canção.



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo 4 – Foto da Banda de Música da PMSC, realizando uma apresentação para a comunidade no coreto da praça XV de novembro, em Florianópolis-SC.



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo 5 – Foto da Banda de Música da PMSC, realizando uma apresentação musical no Lar dos Velhinhos de Zulma em São José –SC.



Fonte: Arquivo Pessoal

Anexo 6 – Foto da Banda de Música da PMSC, realizando participando de um desfile cívico alusivo ao dia da independência em Porto União-SC.



Fonte: Arquivo Pessoal

Anexo 7 – Foto da Banda de Música da PMSC realizando uma apresentação com brincadeiras para as crianças pacientes do hospital Joana de Gusmão (hospital infantil) em Florianópolis-SC.



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo 8 – Foto da Banda de Música da PMSC realizando uma apresentação com brincadeiras para as crianças pacientes do hospital Joana de Gusmão (hospital infantil) em Florianópolis-SC.



Fonte: Arquivo pessoal

Anexo 9 – Foto da Banda de Música da PMSC realizando uma apresentação com brincadeiras para as crianças pacientes do hospital Joana de Gusmão (hospital infantil) em Florianópolis-SC.



Fonte: Arquivo pessoal

Anexo 10 – Foto da Banda de Música da PMSC realizando uma apresentação no Hospital Celso Ramos em Florianópolis-SC.



Fonte: Arquivo pessoal

Anexo 11 – Foto da Banda de Música da PMSC e do PROERD. Realizando uma ação conjunta na APAE em Florianópolis-SC.



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo 12 – Foto da Banda de Música da PMSC e do PROERD. Realizando uma ação conjunta na APAE em Florianópolis-SC.



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo 13 – Foto da Banda de Música da PMSC e do PROERD. Realizando uma ação conjunta na APAE em Florianópolis-SC.



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo 14 – Foto da formatura do PROERD.



Fonte: <http://www.pm.sc.gov.br/>

Anexo 15 – Foto da formatura do PROERD.



Fonte: <http://www.pm.sc.gov.br/>

Anexo 16 – Foto da formatura do PROA.



Fonte: <http://www.pm.sc.gov.br/>

Anexo 17 – Foto da formatura do PROA.



Fonte: <http://www.pm.sc.gov.br/>

Anexo 18 – Foto do PROA em instrução no zoológico em Pomerode-SC.



Fonte: <http://www.pomerzoo.org.br/NoticiasLer.php?id=390>

Anexo 19 – Foto de uma policial da Polícia Militar Ambiental em uma instrução educacional.



Fonte: <http://www.pm.sc.gov.br/>

Anexo 20 – Foto de uma guarnição composta por policiais femininas, da Rede Catarina.



Fonte: <http://www.pm.sc.gov.br/>

Anexo 21 – Foto de uma guarnição composta por policiais femininas, da Rede Catarina.



Fonte: <http://www.pm.sc.gov.br/>

Anexo 22 – Foto de uma guarnição composta por policiais femininas, da Rede Catarina.



Fonte: <http://www.pm.sc.gov.br/>